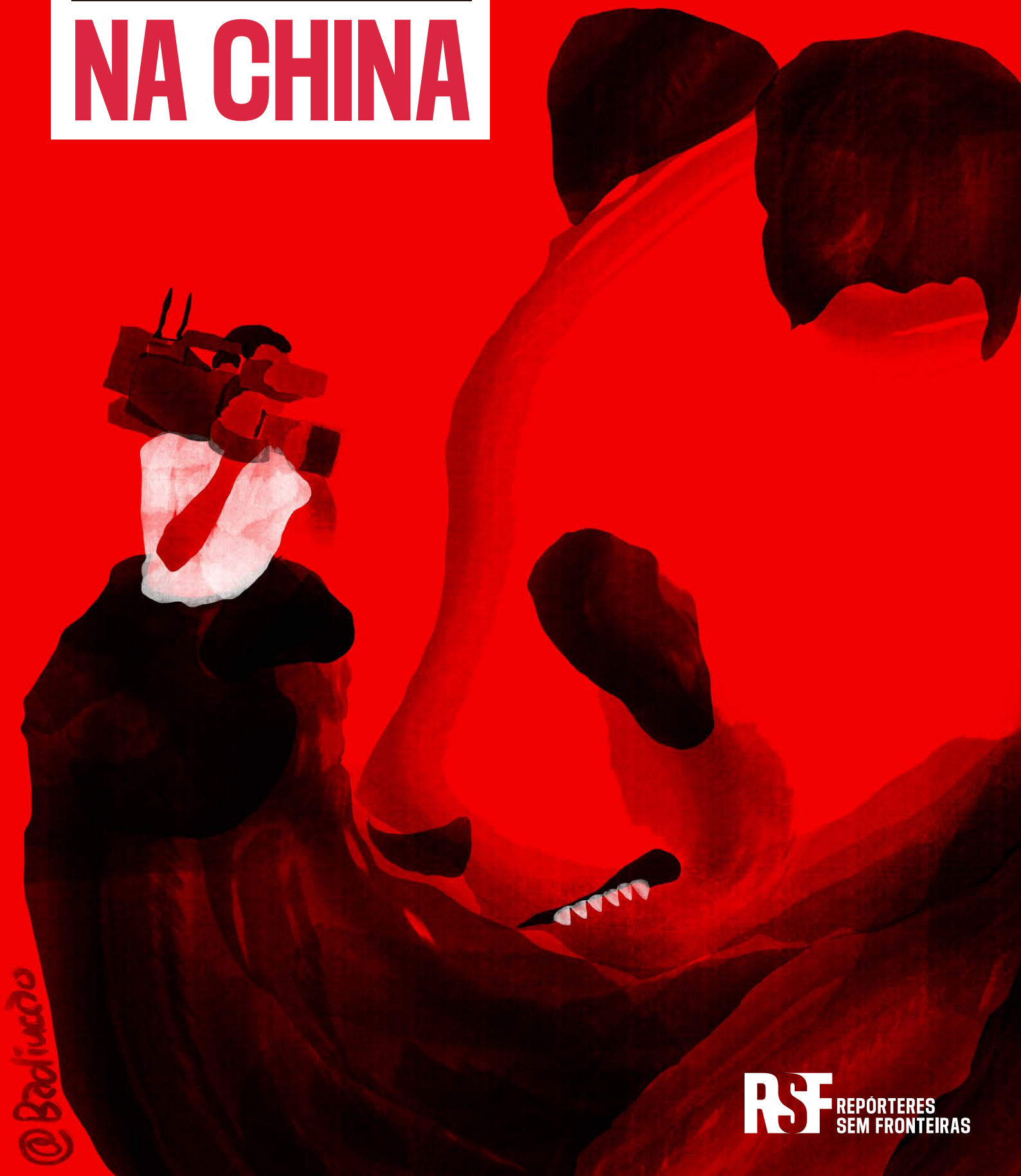


O GIGANTESCO  
RETROCESSO DO  
**JORNALISMO**  
NA CHINA



@Badiucido

**RSF** REPÓRTERES  
SEM FRONTEIRAS

## ÍNDICE

Prefácio – Uma corrida frenética na direção errada	3
<b>Os crescentes obstáculos à informação</b>	<b>4</b>
<b>1 - COMO PEQUIM DECLAROU GUERRA AO JORNALISMO</b>	<b>6</b>
● <b>A mão de ferro do Partido sobre os meios de comunicação</b>	<b>8</b>
A proliferação das linhas vermelhas	8
A camisa de força do controle ideológico	11
Para burlar a vigilância, os repórteres inovam	14
● <b>Os jornalistas na linha de mira</b>	<b>18</b>
A erradicação do jornalismo independente	19
Bloqueio midiático em Xinjiang	22
Os correspondentes estrangeiros, testemunhas indesejáveis	24
<b>2 - HONG KONG: A LIBERDADE DE IMPRENSA EM QUEDA LIVRE</b>	<b>26</b>
● <b>A repressão aos meios de comunicação independentes</b>	<b>28</b>
“Segurança nacional” a qualquer preço	28
Jornalistas, as novas ovelhas negras	32
O desmonte do Apple Daily	35
● <b>Dois décadas de recuo da liberdade de imprensa</b>	<b>37</b>
Crônica de um declínio anunciado	37
Repórteres confrontados com a violência física	40
O duplo discurso de Carrie Lam	42
<b>3 - QUANDO O ACESSO À INFORMAÇÃO SE TORNA UM CRIME</b>	<b>46</b>
● <b>A obsessão por manter a opinião pública sob controle</b>	<b>48</b>
Covid-19: Uma explosão de liberdade rapidamente reprimida	48
A internet chinesa sob vigilância	51
Mil e uma maneiras de resistir	55
● <b>Um projeto de sociedade que proíbe o jornalismo</b>	<b>58</b>
A exportação bem-sucedida do modelo midiático chinês	58
A imposição da narrativa chinesa	62
A democracias se organizam na luta contra a propaganda	66
<b>4 - APELOS E RECOMENDAÇÕES DA RSF</b>	<b>68</b>
Apelos às autoridades chinesas	70
Apelos aos governos e às instituições	70
Recomendações aos jornalistas	71
Recomendações aos veículos de comunicação, editores e redes sociais	72
<b>A RSF lança um portal dedicado à segurança dos jornalistas</b>	<b>74</b>
<b>Relatório da RSF: A nova ordem mundial das mídias segundo a China</b>	<b>75</b>
Glossário	76
Capa ilustrada por Badiucao	80

## PREFÁCIO



**Christophe Deloire**  
Secretário-geral

### Uma corrida frenética na direção errada

No início do milênio, em meio à euforia de um boom econômico sem precedentes e, sem dúvida, devido às margens de liberdades garantidas pelo presidente Hu Jintao e pelo Partido Comunista, os meios de comunicação chineses se abriram, o máximo que puderam, à investigação e à troca de ideias. Com reportagens de grande qualidade, principalmente sobre a corrupção e escândalos de saúde pública, os jornalistas chineses não só deram a seus compatriotas os meios para compreenderem o desenvolvimento de seu país, mas também para exercer pressão sobre o aparelho estatal a fim de que sanasse determinadas falhas no sistema e corrigisse injustiças.

Como é óbvio, o núcleo do sistema social e político permaneceu completamente desprovido de transparência, mas podia-se esperar que, pouco a pouco, por capilaridade, o escopo do trabalho jornalístico se estendesse a todos os assuntos, incluindo os mais essenciais. Era possível imaginar uma espiral centrípeta, porque na China as liberdades precisam ser conquistadas da periferia para o centro.

O presidente Xi Jinping, no poder desde 2013, pôs um fim brutal a essa abertura parcial e restaurou uma cultura dos meios de comunicação digna da era maoísta, na qual o livre acesso à informação se tornou crime e a divulgação de informações um crime mais grave ainda. A China, maior prisão mundial para jornalistas, ocupa a posição 177 de 180 no Ranking Mundial da Liberdade de Imprensa 2021, da RSF, apenas dois lugares acima da Coreia do Norte, um país onde jornalismo é sinônimo de propaganda do Estado.

A renovação das credenciais de imprensa dos jornalistas chineses está agora sujeita a um teste de conhecimento sobre o “Pensamento” do presidente e a um exame de seu histórico de atividades nas redes sociais. Em sua sede de controle, o regime está até mesmo considerando banir os meios de comunicação privados em um futuro próximo. É um pesadelo. A repressão já não poupa nem Hong Kong, antes um modelo de liberdade de imprensa, e onde atualmente se multiplicam as prisões em nome da segurança nacional.

Esse “gigantesco retrocesso” do jornalismo na China é ainda mais aterrorizante se considerarmos que o regime tem imensos recursos financeiros e tecnológicos à disposição para alcançar seus objetivos. Seu sofisticado sistema de censura na internet, o “Grande Firewall”, mantém 1 bilhão de internautas na China ainda mais isolados do mundo, enquanto um exército de censores esquadrinha mensagens privadas, à procura de suposto conteúdo subversivo. Em um futuro próximo, a ubiquidade das tecnologias de vigilância baseadas em reconhecimento facial, inteligência artificial e créditos sociais ameaça tornar ilusória a confidencialidade das fontes dos jornalistas.

Em um relatório anterior, publicado em 2019 e intitulado *China’s Pursuit of a New World Media Order* (“A nova ordem mundial das mídias segundo a China”), demonstramos como Pequim não mede esforços para colocar um ponto final no papel do jornalismo como um contrapoder e torná-lo uma ferramenta a serviço da propaganda do Estado. A Nova Rota da Seda (Belt and Road Initiative), um projeto de desenvolvimento econômico internacional lançado pela China e que envolve 139 países (dois terços da população mundial), proporciona todas as oportunidades ao regime de concretizar essa ambição.

Se a China continuar nessa corrida frenética para trás, os cidadãos chineses podem perder a esperança de um dia verem a liberdade de imprensa restabelecida em seu país, e o regime de Pequim pode ter sucesso na imposição de seu antipolítico, inclusive em outros países.

Mas também é possível que o controle da informação acabe prejudicando o próprio sistema, impedindo suas próprias reformas, e também é possível que a mobilização das massas por meio da propaganda acabe perdendo força. Acima de tudo, é possível que as investigações de jornalistas chineses e estrangeiros levem cada vez mais o véu.

Sim, é possível.



© Safeguard Defenders

# Os crescentes obstáculos à informação

## • O “Grande Firewall”

O termo “Grande Firewall” (em inglês, Great Firewall) designa o aparelho de censura da internet chinesa, em referência a seu papel como uma barreira de segurança de rede e à antiga Grande Muralha da China. O sistema, que permite o bloqueio de sites considerados indesejáveis e o monitoramento de trocas, é cada vez mais difícil de contornar.

## • Os “olhos que tudo veem” da internet

Os grupos de discussão online chineses são monitorados de perto, e seus administradores são responsabilizados criminalmente pelo conteúdo postado neles. O aplicativo de mensageria WeChat, por sua vez, se tornou o cavalo de Troia da polícia: as conversas privadas que ele hospeda, não criptografadas, podem ser visualizadas pelas autoridades sem motivo oficial e são frequentemente utilizadas como prova em julgamentos.

## • Os exércitos de trolls do regime

O “50 Cent Army” (Exército de Cinquenta Centavos), composto por propagandistas amadores que recebem 50 centavos de yuan (8 centavos de dólar) por publicação, inunda a internet com comentários pró-regime, enquanto um batalhão de trolls, chamados de “pequenos rosas”, hostiliza aqueles que criticam o governo nas redes sociais chinesas e estrangeiras. Essa configuração foi recentemente reforçada por um esquadrão de influenciadores estrangeiros, reais ou fictícios, cuja missão é denegrir o trabalho dos jornalistas ocidentais.

## • A “Prisão domiciliar em local designado”

Esse regime de detenção com um nome deliberadamente enganoso foi instituído em 2012 sob o pretexto de combater o terrorismo e a corrupção e não se refere a uma simples prisão domiciliar, mas ao confinamento solitário nas “prisões negras” do regime. Essa prática desumana, que viola o direito à defesa legal e é muitas vezes acompanhado de atos de tortura, é utilizada regularmente para quebrar física e mentalmente jornalistas independentes.

## • A Lei de Segurança Nacional (Hong Kong)

A Lei de Segurança Nacional foi adotada em 30 de junho de 2020 pelo regime chinês, com o objetivo de pôr fim aos protestos pró-democracia em Hong Kong. Esse texto deliberadamente vago e abrangente tem, desde então, servido como um pretexto para a repressão de vozes independentes em nome da luta contra o “terrorismo”, a “secessão”, a “conspiração” e o “conluio com forças estrangeiras”, quatro crimes puníveis com a pena de morte na China continental e usados com frequência contra jornalistas.

## • Um convite para “tomar um chá”

O enganosamente inócuo convite para “tomar um chá” com as autoridades encarregadas da censura ou da propaganda é um método comprovado de intimidação de jornalistas chineses e correspondentes estrangeiros. Esse encontro, durante o qual os jornalistas são repreendidos de um modo relativamente cordial, funciona muitas vezes como o último aviso antes de uma detenção ou expulsão.

## • O aplicativo para smartphone *Estudar Xi, Fortalecer o País*

Desde outubro de 2019, os jornalistas chineses são obrigados a baixar o aplicativo *Estudar Xi, Fortalecer o País* em seus smartphones para receber e renovar as credenciais de imprensa. O aplicativo permite a terceiros executar comandos e obter informações pessoais sem o conhecimento do usuário, colocando assim em perigo os jornalistas e suas fontes.

## • As instruções diárias do Partido

Os meios de comunicação e as empresas de internet chineses, sejam eles públicos ou privados, são obrigados a seguir as instruções do Partido Comunista chinês no que diz respeito a assuntos considerados sensíveis, como o Tibete, a região de Xinjiang, Hong Kong, Taiwan, corrupção, agitação social, dissidentes etc. O Departamento de Propaganda do Partido, que controla a atuação de 14 ministérios, envia diariamente aos meios de comunicação uma lista de tópicos a serem destacados e uma lista de tópicos que eles não podem cobrir, sob pena de sanções.

## • Confissões televisivas forçadas

Os jornalistas detidos pelo regime são por vezes forçados a “confessar” seus supostos crimes na televisão estatal, em uma afronta à dignidade humana e à presunção de inocência, supostamente garantida pela Constituição chinesa. De acordo com a ONG Safeguard Defenders, desde 2013, os canais estatais chineses transmitiram confissões forçadas de pelo menos 93 pessoas, incluindo 30 jornalistas e colaboradores de meios de comunicação, muitos deles antes mesmo de irem a julgamento.

A photograph of a man in a dark jacket and white face mask, with his right hand raised in a crowd. He is looking towards the camera. In the background, other people are visible, some wearing masks. The scene appears to be outdoors, possibly at a protest or public gathering.

# 1 COMO PEQUIM DECLAROU GUERRA AO JORNALISMO

- Escrutínio ideológico, censura, perseguição: desde que o presidente Xi Jinping chegou ao poder, no início de 2013, o Partido Comunista chinês reforçou drasticamente o controle sobre os jornalistas. Seja qual for o assunto, aqueles que se recusam a estar em conformidade com a narrativa oficial são acusados de querer prejudicar a “unidade nacional”.
- EO simples fato de investigar um assunto considerado tabu ou publicar informações censuradas pode resultar em anos de detenção em prisões insalubres, onde os maus-tratos podem levar à morte. Contudo, alguns jornalistas e meios de comunicação independentes ainda encontram maneiras de resistir e dar continuidade a seu trabalho de informar, apesar do perigo.

# A mão de ferro do Partido sobre os meios de comunicação



Movimento #MeToo, relações China-Taiwan, protestos no Tibete e em Hong Kong: poucos assuntos escapam à censura.

© Noel Celis / AFP  
© Lobsang Wangyal / AFP  
© Makoto Lin / Gabinete da presidência (Taiwan)

## A proliferação das linhas vermelhas

**"23 de julho de 2021 • Em relação às fortes chuvas que atingiram Henan e outros locais, concentrar o foco das notícias na recuperação após o desastre. Sem permissão prévia, não publicar imagens não autorizadas mostrando cadáveres, não adotar um tom exageradamente pesaroso nem expor ou fazer ligações com eventos passados. Ater-se estritamente às informações oficiais no que diz respeito a estatísticas sobre vítimas ou danos materiais. • Não relatar o caso fiscal de Zheng Shuang. • Hoje pela manhã, o Conselho de Estado vai realizar uma coletiva de imprensa sobre o rastreamento das origens da Covid-19. Não cobrir."**

Nessa diretriz enviada aos meios de comunicação em 23 de julho de 2021 e divulgada pelo China Digital Times, os jornalistas foram instruídos a minimizar o impacto das cheias mortais que atingiram a China central naquele mês (e que se acredita terem deixado pelo menos 302 mortos, 50 desaparecidos e centenas de milhares de desabrigados), não investigar as causas e não questionar os números oficiais. Foram também orientados a ignorar um caso monumental de evasão fiscal envolvendo Zheng Shuang, uma famosa atriz chinesa (multada em 46 milhões de dólares), assim como o torpedeamento, pelo governo chinês, de um projeto da Organização Mundial de Saúde (OMS) para investigar as origens da pandemia de Covid-19. Todos os dias, o Departamento de Propaganda do Partido Comunista chinês envia instruções desse tipo a todos os meios de comunicação chineses, que são obrigados a segui-las à risca, sob pena de sofrerem sanções.

Nos últimos anos, o número de "linhas vermelhas", que delimitam os assuntos que os jornalistas podem cobrir, disparou. Não apenas os jornalistas têm de seguir a narrativa oficial no que diz respeito a assuntos considerados sensíveis, tais como o Tibete, Taiwan, Hong Kong, Xinjiang, corrupção, agitação social, dissidentes etc., mas agora, em flagrante violação do Artigo 35 da Constituição Chinesa, que garante "liberdade de expressão [e] de imprensa", os jornalistas são também forçados a seguir as diretrizes do Partido tanto na escolha como no tratamento das matérias.

### Nenhum assunto escapa à censura

De desastres naturais ao movimento #MeToo, da vida sexual dos estudantes a políticas econômicas e financeiras ou mesmo o reconhecimento da atuação dos profissionais de saúde durante a pandemia de Covid-19, pouquíssimos assuntos escapam à censura atualmente. Em abril de 2020, **David Bandurski**, codiretor do centro de pesquisa China Media Project, disse em entrevista ao Washington Post que os dirigentes do Partido Comunista chinês consideravam o jornalismo uma "ameaça à estabilidade do regime".



© Philip Fong / AFP

Os jornalistas agora só podem investigar casos que já estejam sob investigação das autoridades, o que os impede de publicar informações originais. Em 2015, o documentário da jornalista **Chai Jing** Under the Dome (Sob a redoma), resultado de uma investigação de um ano sobre o problema da poluição na China, foi removido das plataformas de vídeo chinesas uma semana depois de seu lançamento.

Em março de 2021, foi introduzida uma disposição da lei criminal chinesa proibindo qualquer questionamento da narrativa oficial dos eventos históricos chineses. Apenas dois meses depois, o comentarista político e ex-jornalista **Qiu Ziming**, que havia expressado dúvidas sobre a transparência do regime chinês em relação a um violento confronto militar envolvendo soldados chineses e indianos na fronteira entre os dois países em junho de 2020, foi [sentenciado](#) a oito meses de prisão, acusado de "difamar heróis e mártires".

### O fim do pluralismo e da abertura

Ao contrário do que se acredita, a censura nem sempre foi tão drástica na China. A partir do fim dos anos 1990, e em particular durante os dois mandatos de Hu Jintao como presidente, entre 2003 e 2013, os meios de comunicação chineses se beneficiaram dos ventos de liberdade que acompanharam o desenvolvimento econômico do país. Alguns começaram a se abrir ao jornalismo investigativo e à pluralidade de opiniões, liderados pelo famoso jornal *Southern Weekly* (em chinês, *Nanfang Zhoumo*), de Cantão, à época reconhecido por seu tom independente e por publicar matérias progressistas sobre assuntos como corrupção e pobreza rural.

Foi também o caso do jornalista investigativo **Wang Keqin** e de sua equipe no *China Economic Times*, cujo trabalho expôs escândalos de corrupção e saúde pública, tais como o das "aldeias da aids", em 2001, por meio do qual o mundo soube que 2 milhões de camponeses que venderam seu sangue para sobreviver tinham sido infectados com o vírus HIV por negligência. Eles também expuseram a epidemia de SARS (sigla em inglês para síndrome respiratória aguda grave), em 2003, depois coberta e debatida pela imprensa chinesa.

### O jornalismo investigativo "em vias de extinção"

A ascensão ao poder do presidente Xi Jinping, em março de 2013, pôs um ponto final nessa tímida abertura. Paradoxalmente, o presidente, cuja família foi vítima da Revolução Cultural, restaurou uma cultura midiática digna da era maoísta. Sob o pretexto de uma campanha contra "rumores na internet", que foi, mais tarde, estendida a qualquer conteúdo considerado "vulgar", o novo líder passou rapidamente a controlar os meios de comunicação profissionais, ao mesmo tempo que capitaneava uma violenta repressão a jornalistas não profissionais e blogueiros.

A "guerra" do governo contra o jornalismo investigativo desencorajou as redações, que deixaram de investir tempo e recursos em longas e dispendiosas investigações que corriam o risco de ser censuradas ou de acarretar para os veículos de comunicação e seus editores sérios problemas jurídicos e administrativos. De acordo com um [estudo](#) da Universidade Sun Yat-sen, da cidade de Cantão, citado pela ONG norte-americana Freedom House, o número de jornalistas investigativos na China caiu 58% entre 2011 e 2017, uma queda tão dramática que **Liu Hu**, jornalista baseado na província de Sichuan e detido por um ano entre 2013 e 2014, disse ao *New York Times* em 2019 que estavam se tornando uma "espécie em vias de extinção" na China. De fato, a maioria dos meios de comunicação se contenta agora em basear seus artigos nos despachos da agência de propaganda Nova China (Xinhua).

## EM FOCO

### Os crimes “vale-tudo” para amordaçar a imprensa

Para silenciar os jornalistas, o regime chinês os acusa de “espionagem”, “subversão” ou de “incitar brigas e provocar tumulto”, três “crimes” com uma definição tão ampla que podem se aplicar a quase qualquer contexto.

#### Espionagem

- **Definição:** A lei chinesa define os segredos de Estado como “todas as questões que afetem a segurança e os interesses do Estado” e apresenta uma lista de potenciais assuntos tão ampla que pode se referir a dados industriais ou às datas de aniversário dos dirigentes do Partido. Como a lista não é exaustiva, as autoridades podem classificar retroativamente como segredo de Estado qualquer informação que desejem censurar.
- **Base legal:** Artigos 110 e 111 do Código Penal chinês; Lei sobre Proteção de Segredos de Estado.
- **Pena máxima:** Pena de morte (“Quem quer que forneça ilegalmente segredos de Estado [...] para fora do país”, mais comumente conhecido como “divulgar segredos de Estado no estrangeiro”) e prisão perpétua (“espionagem”).
- **Mais detalhes:** Como os julgamentos relacionados com alegados segredos de Estado se dão a portas fechadas, nenhum diplomata ou jornalista pode assistir.
- **Número de jornalistas atualmente detidos sob essa acusação:** Pelo menos 8.
- **Alvos principais:** [Jornalistas de nacionalidade estrangeira mas de origem chinesa](#), tais como a apresentadora australiana **Cheng Lei** e o comentarista político australiano **Yang Hengjun**, detidos em 2020 e 2019, respectivamente, e o editor sueco **Gui Minhai**, detido desde 2015 e condenado a dez anos de prisão em 2020.

#### Subversão

- **Definição:** “Organizar, conspirar ou agir para subverter o poder político do Estado e derrubar o sistema socialista” e “incitar a subversão do poder político do Estado e a derrubada do sistema socialista por meio de rumores, calúnias ou de outras maneiras”.
- **Base legal:** Artigo 105 do Código Penal chinês.
- **Pena máxima:** Prisão perpétua (“subversão”) e “mais de 5 anos” de detenção (“incitar subversão do poder de Estado”).
- **Mais detalhes:** A lei não exige que a natureza subversiva potencial ou real de um ato seja demonstrada para classificá-lo como crime. As pessoas acusadas de “subversão” muitas vezes não podem receber visitas de advogados e familiares.
- **Número de jornalistas atualmente detidos sob essa acusação:** Pelo menos 13.
- **Alvos principais:** Comentaristas políticos, como **Guo Quan**, [detido](#) desde 31 de janeiro de 2020 por publicar informações sobre a pandemia de Covid-19, e **Wu Gan**, sentenciado a [oito anos de prisão](#) em 2017 depois de denunciar a corrupção de determinados altos oficiais do Partido Comunista chinês.

#### Incitar brigas e provocar tumulto

- **Definição:** “Prejudicar a ordem pública, cometendo um ato de provocação ou um ato suscetível de semear desordem”.
- **Base legal:** Artigo 293 do Código Penal chinês.
- **Pena máxima:** Cinco anos de prisão (10 anos, no caso de reincidência).
- **Mais detalhes:** A lei não define o conceito de “prejudicar a ordem pública”. Em 2013, o escopo dessa lei foi alargado para incluir conteúdo publicado na internet, tornando-o um crime “vale-tudo” ideal para reprimir a publicação de informação perturbadora para o regime.
- **Número de jornalistas atualmente detidos sob essa acusação:** Pelo menos 9.
- **Alvos principais:** Jornalistas não profissionais, como **Cai Wei** e **Chen Mei**, condenados em agosto de 2020 a [15 meses de prisão](#) por repostarem artigos jornalísticos censurados relacionados com a epidemia de Covid-19; **Liu Yanli**, condenada em abril de 2020 a [quatro anos de prisão](#) por seus artigos online sobre dirigentes chineses, e **Zhang Zhan**, laureada em 2021 com o Prêmio de Liberdade de Imprensa da RSF, condenada em dezembro de 2020 a [quatro anos de prisão](#) por cobrir os estágios iniciais da epidemia de Covid-19 em Wuhan.



Em fevereiro de 2016, jornalistas dos meios de comunicação estatais foram “convidados” a aplaudir alegremente o presidente Xi enquanto ele fazia uma visita de inspeção.

© Ma Zhancheng / AP

### A camisa de força do controle ideológico

O papel dos jornalistas na China é especificado no [manual de propaganda](#) distribuído pelos oficiais do Partido Comunista Chinês (PCC). Esse conteúdo foi divulgado pelo Wikileaks em 2007 e em um memorando interno do Escritório Geral do Comitê Central do PCC. Este último, conhecido como “Documento nº 9”, foi tornado público em 2013 pela correspondente da Deutsche Welle **Gao Yu**, o que a levou a ser condenada a cinco anos de detenção [em prisão domiciliar](#) por “divulgar segredos de Estado no estrangeiro”.

No manual de propaganda, os jornalistas são explicitamente descritos como uma ferramenta a serviço do Estado “para moldar geração após geração de novos socialistas” e espera-se que mantenham “o equilíbrio [entre o] elogio e a exposição de problemas”, um eufemismo que, na verdade, expressa a ideia de uma autocensura permanente. O “Documento nº 9”, por sua vez, considera que “a ideia ocidental de jornalismo” desafia “o princípio chinês de que o sistema de mídias e publicações deve estar subordinado à disciplina do Partido”.

Em 2016, Xi Jinping deu início a uma grande reforma dos meios de comunicação, com o objetivo de fortalecer o controle do PCC sobre as mídias. Durante uma visita de inspeção aos três principais meios de comunicação do país (CCTV, *People's Daily* e a agência de notícias Xinhua), não hesitou em exigir que os jornalistas seguissem a liderança do Partido e retransmitissem “sua vontade e suas propostas, para proteger sua autoridade e sua unidade”, concentrando-se em matérias “positivas”. Em outras palavras: ser consistente com a propaganda oficial. Ao exigir absoluta lealdade dos meios de comunicação estatais, Xi Jinping acredita que eles “devem ter o Partido como sobrenome de família”.



© Simon Song / South China Morning Post

## Proibição de blogs pessoais

Desde 2017, os jornalistas deixaram de ter o direito de manter um blogue pessoal, que antes podiam usar para compartilhar histórias censuradas por seus editores. Também foram proibidos de citar informações provenientes de redes sociais que não tenham sido previamente “confirmadas” pelas autoridades. Nem mesmo os meios de comunicação estrangeiros baseados na China podem publicar livremente conteúdo na internet; qualquer publicação de natureza informativa deve ser aprovada pela administração do Estado antes de ser postada.

Agora, o termo “trabalhadores de meios de comunicação” é frequentemente usado no lugar de “jornalistas” em comunicados oficiais, inclusive os da Associação de Jornalistas da China (ACJA, na sigla em inglês).

## Estudar o pensamento de Xi Jinping

Em 8 de outubro de 2021, a Comissão Nacional de Reforma e Desenvolvimento, uma agência do Conselho de Estado, divulgou um plano para restringir investimentos privados que especifica que os meios de comunicação financiados por “capital não público” não devem “se envolver na apuração, edição e difusão de notícias”, incluindo “notícias divulgadas por entidades estrangeiras”. Se for sancionada, essa lei pode cimentar restrições existentes e reforçar o controle do regime no ambiente dos meios de comunicação, assim como silenciar as vozes independentes remanescentes.

Uma semana depois, a Administração Geral de Imprensa e Publicações anunciou que os jornalistas profissionais em breve terão de passar por um mínimo de 90 horas por ano de “formação continuada”, em parte centrada no “Pensamento de Xi Jinping”. A participação dos jornalistas nessa formação, assim como seu histórico nas redes sociais, serão levados em conta no momento de renovar suas credenciais de imprensa.

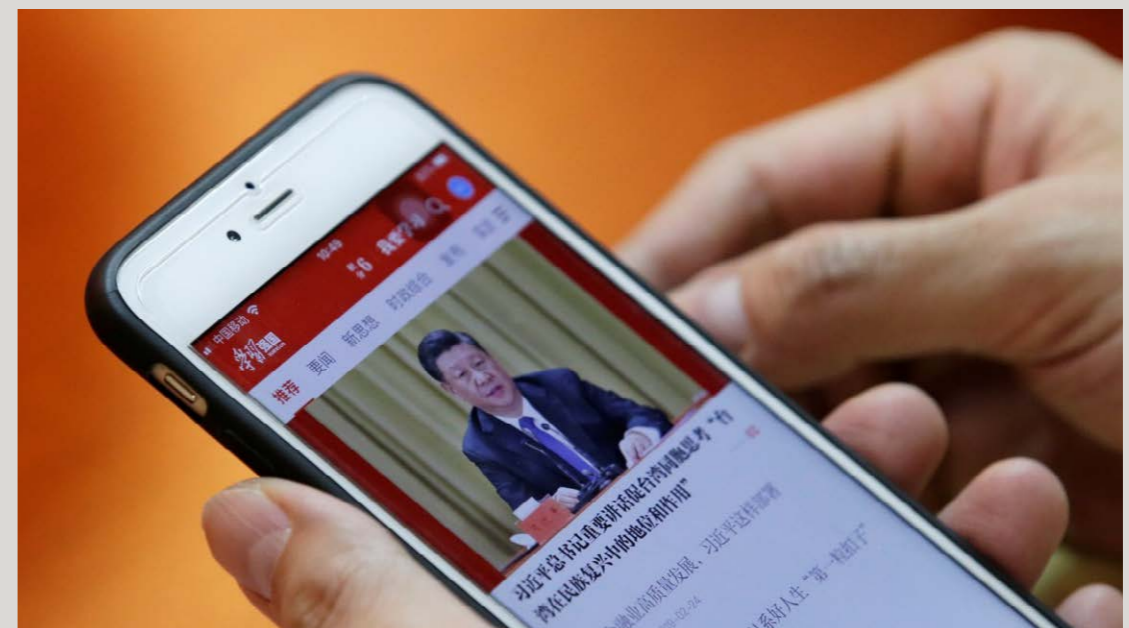
Sob o mandato do presidente Xi Jinping, a lealdade individual ao PCC e a seu líder se tornou um pré-requisito para trabalhar como jornalista. Os jornalistas estão presos em uma verdadeira camisa de força de controle ideológico, simbolizada pela exigência de que baixem o aplicativo-espião *Estudar Xi, Fortalecer o País* em seus smartphones.



Palavra de ordem para essa jornalista e seus colegas: “Retransmitir a vontade do Partido e suas propostas, proteger sua autoridade e sua unidade.”

© Nicolas Asfour / AFP

## EM FOCO



© Reuters

## Jornalistas forçados a baixar aplicativo-espião

O aplicativo de propaganda “Estudar Xi, Fortalecer o País” permite ao regime não apenas avaliar a lealdade dos jornalistas a sua doutrina, mas também espionar o conteúdo de seus smartphones.

Desde outubro de 2019, a fim de obter e renovar suas credenciais de imprensa, os jornalistas chineses têm de ser aprovados em um teste de lealdade à doutrina do Partido Comunista Chinês (PCC) e do presidente Xi Jinping. O teste está disponível apenas no aplicativo [Estudar Xi, Fortalecer o País](#), o que os força a baixá-lo.

Contudo, a empresa alemã de cibersegurança Cure 53 revelou que o aplicativo, que foi desenvolvido pela gigante de e-commerce Alibaba para o PCC, pode possibilitar a coleta de informações pessoais sem o conhecimento do usuário. Entre outras funcionalidades, ele teria a capacidade de modificar arquivos, baixar aplicativos, fazer chamadas telefônicas e ligar o microfone do dispositivo.

A *Repórteres sem Fronteiras (RSF)* recomenda que os jornalistas evitem a todo custo baixar esse aplicativo, que pode comprometer sua segurança e a segurança de suas fontes. Se for absolutamente necessário instalá-lo, aconselhamos que o façam em um dispositivo específico dedicado apenas a esse propósito e que não contenha nenhuma informação sensível.

## Para burlar a vigilância, os repórteres inovam

Com o recrudescimento da repressão na China, os jornalistas estão sendo forçados a empregar métodos estratégicos para levar a cabo suas investigações sem atrair a atenção das autoridades. Em 2019, **Isobel Yeung** e sua equipe no site de notícias internacional *VICE News* tiveram que fingir ser turistas para filmar um documentário com câmeras escondidas sobre a repressão ao grupo étnico uigur na região autônoma de Xinjiang. No entanto, essa estratégia tem seus limites – depois que o documentário foi postado online, a jornalista considerou arriscado demais voltar para a China.

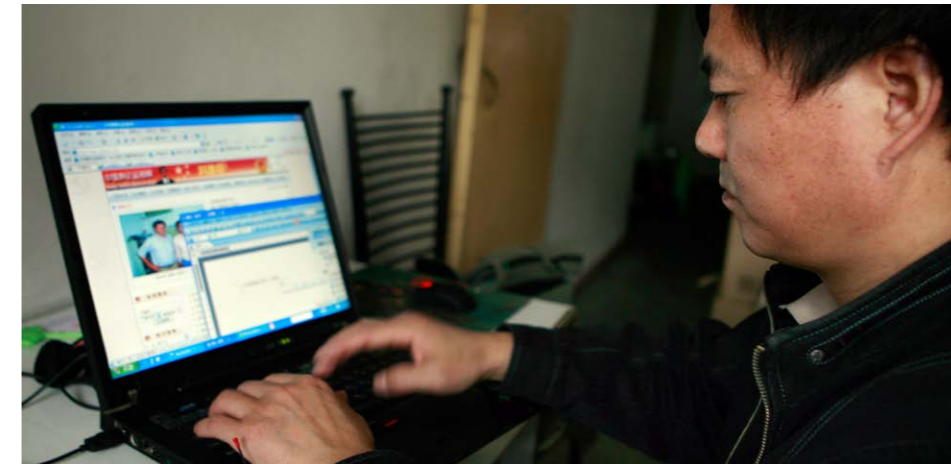
Em Xangai, o ex-correspondente da National Public Radio **Frank Langfitt** levou a técnica de mimetismo um passo além de 2011 a 2016, ao prestar um serviço gratuito de táxi em troca de uma entrevista. O jornalista não escondia sua identidade e submetia uma possível divulgação à aprovação dos passageiros.

Os jornalistas impedidos de trabalhar em campo na China trabalham também a partir de fontes de informação pública. A correspondente da Associated Press **Yanan Wang**, o editor-chefe da *Foreign Policy* **James Palmer** e o departamento de vídeo da publicação francesa *Le Monde* investigaram remotamente a repressão aos uigures em Xinjiang cruzando registros de aquisições públicas na China, fotografias de satélite e imagens obtidas nas redes sociais.

A jornalista **Megha Rajagopalan**, ex-diretora do escritório em Pequim do site americano de notícias *Buzzfeed News*, sediado em Nova York, recebeu o [Prêmio Pulitzer de 2021](#), juntamente com seus colegas **Alison Killing** e **Christo Buschek**, por uma reportagem na qual utilizaram imagens de satélite para provar a realidade da detenção em massa dos uigures.

*Uma corrida de táxi gratuita em troca de uma entrevista: eis a permuta pouco usual oferecida pelo correspondente da National Public Radio em Xangai, Frank Langfitt, de 2011 a 2016.*

© Kuan Yang



*Redes sociais, registros públicos, fotografias de satélite: Quando o acesso ao campo é negado, os jornalistas utilizam fontes de informação públicas para investigar.*

© Teh Eng Koon / AFP

### Proteger as fontes

Proteger o anonimato dos próprios jornalistas e de suas fontes também se tornou uma questão fundamental. **Zhang Jie**, e ex-assistente de redação do escritório do *Washington Post* em Pequim, disse ao site de notícias *Quartz*, em 2017, que utilizava sistematicamente cartões SIM pré-pagos e telefones de segunda mão para contactar ativistas de direitos humanos sem que a polícia pudesse rastreá-la.

**Gyaltsen Choedak**, jornalista exilado que cobre notícias sobre a realidade tibetana para a rádio Voice of America, explicou em março de 2021 que sempre usa um software de distorção de voz quando fala com suas fontes no aplicativo WeChat e em outras plataformas de microblogues chinesas que possam estar infiltradas pelas autoridades.

O WeChat é o aplicativo de mensagens mais usado pela diáspora tibetana, especialmente pelos jornalistas, mas os riscos de divulgação de dados os obrigam a usar diversos celulares e a se comunicar em linguagem codificada. Isso ajuda a diminuir o risco de vigilância, mas não o anula por completo, explicou um jornalista, citado anonimamente em um artigo de pesquisa sobre os [meios de comunicação tibetanos no exílio](#), publicado em 2021.

### Precauções com a linguagem

A investigação não é a única parte perigosa do trabalho. Para os jornalistas chineses, publicar informação censurada pode acabar sendo um bilhete apenas de ida para a cadeia. Na cidade de Cantão, os principais veículos de comunicação, como o *Southern Metropolis Daily*, o *Southern Weekly* e o *Yangcheng Evening News* [recorrem a peritos legais chineses](#) para avaliar os riscos que podem correr com suas reportagens e para orientá-los na escolha de vocabulário. Um advogado, que deseja permanecer anônimo, explica: “Sabemos como formular os problemas de modo adequado, de acordo com a lei. Na verdade, utilizamos a linguagem oficial para desafiar a ideologia oficial.”

Os jornalistas também tomam várias precauções em relação à linguagem para informar o público sem se expor a riscos; por exemplo, abstendo-se de citar diretamente os responsáveis, retratando o governo de um modo positivo ou oferecendo críticas “construtivas” na forma de sugestões.

### Publicar a qualquer custo

O fato de estarem sob censura obriga os jornalistas a lançar mão de meios tortuosos para publicar as informações que reúnem. Quando suas histórias são rejeitadas pelos meios de comunicação nacionais, os repórteres chineses por vezes recorrem a veículos estrangeiros. Foi isso que fez **Vicky Xu**, jornalista chinesa que vive na Austrália, quando cobriu a perseguição ao grupo étnico uigur para o *New York Times*, em 2019. Não foi sem consequências: além de ter recebido ameaças, em abril de 2021, ela se tornou alvo de uma campanha de difamação em âmbito nacional.

Uma publicação anônima nas redes sociais é o último recurso dos jornalistas contra a censura. Foi isso que os familiares da jornalista investigativa **Huang Xueqin** fizeram: depois de sua prisão, em setembro de 2021, eles compartilharam informações sobre [sua situação](#), acompanhadas da hashtag #FreeXueBing por meio de contas anônimas no Twitter, no Facebook e no Github.



# Os veículos de comunicação que desafiam a censura

Apesar da censura e da pressão sempre crescentes de Pequim, alguns veículos de comunicação independentes, baseados na China e fora dela, continuaram seu trabalho de investigar e informar o público sobre assuntos atuais do mundo de língua chinesa.



## 1 - CHINA CONTINENTAL



### Caixin

Fundado em 2009 em Pequim, o jornal de notícias semanal *Caixin* e seu site bilíngue chinês-inglês são considerados os veículos de comunicação da grande mídia mais independentes da China, desafiando constantemente as linhas vermelhas do regime. Em 2020, apesar do recrudescimento da censura, uma reportagem do *Caixin* questionou a contagem oficial de mortos pela Covid-19 em Wuhan. Em outubro de 2021, o *Caixin* foi [removido](#) da lista oficial dos meios de comunicação que podem ser citados como fontes de notícias.

[caixin.org](http://caixin.org)



### China Citizens Movement (Movimento de cidadãos da China)

Esse site de notícias em língua chinesa, estabelecido em 2014 depois da [detenção do escritor](#) e comentarista político chinês **Xu Zhiyong**, cobre as notícias da sociedade civil e dos direitos humanos na China.

[cmcn.org](http://cmcn.org)



### Zhongxun (Informação para o público)

Esse site de notícias em língua chinesa, fundado em 2018, publica reportagens de jornalistas chineses não profissionais e também hospeda conteúdo censurado pelo regime.

[zhongxuncn.blogspot.com](http://zhongxuncn.blogspot.com)



### 64 Tianwang

Esse site de notícias em língua chinesa, fundado em 1998, documentou dezenas de milhares de violações de direitos humanos na China e ganhou o [Prêmio de Liberdade de Imprensa da RSF](#) em 2016. Seu fundador, o jornalista investigativo **Huang Qi**, vencedor do Prêmio de Liberdade de Imprensa da RSF em 2004, está atualmente cumprindo uma pena de 12 anos na prisão por "divulgar segredos de Estado no estrangeiro".

[64tianwang.net](http://64tianwang.net)



### Weiquanwang (Rede de Defesa de Direitos)

Esse site de notícias em língua chinesa, mantido por uma rede de voluntários, publica, desde 2008, notícias sobre violações de direitos humanos na China, incluindo detenções, desaparecimentos e prisões ilegais de ativistas e jornalistas.

[wqw2010.blogspot.com](http://wqw2010.blogspot.com)



### Minsheng Guancha (Observatório de direitos cívicos e sociais)

Esse site de notícias em língua chinesa, fundado em 2006, cobre os abusos cometidos contra camponeses, trabalhadores e professores, assim como os despejos forçados nas grandes cidades. Seu fundador, **Liu Feiyue**, foi [condenado](#) em 2019 a cinco anos de prisão por "incitação à subversão".

[msguancha.com](http://msguancha.com)

## 2 - HONG KONG



### Citizen News

Esse site sem fins lucrativos em língua chinesa foi lançado em 2017 por um grupo de dez jornalistas veteranos de Hong Kong. Desde 2021, produz um programa de televisão sobre assuntos chineses da atualidade em colaboração com a antiga equipe do famoso programa *"China Beat"*, antes transmitido pelo canal i-CABLE.

[hknews.com](http://hknews.com)



### Hong Kong Free Press

Fundado em Hong Kong em 2015, o *Hong Kong Free Press* é um site de notícias em língua inglesa, sem fins lucrativos e mantido com financiamento coletivo, que cobre as notícias sobre o mundo de língua chinesa.

[hongkongfp.com](http://hongkongfp.com)



### InMedia

Esse site em língua chinesa, lançado em 2004, se descreve como "uma plataforma de informações sobre movimentos democráticos e sociais" e abre suas colunas a artigos e reportagens de jornalistas não profissionais de Hong Kong.

[inmediahk.net](http://inmediahk.net)



### Stand News

Esse site de notícias generalistas em língua chinesa, fundado em Hong Kong em 2014, cobre a política e a sociedade chinesas e defende os valores de "democracia, direitos humanos, liberdade, Estado de direito e justiça".

[thestandnews.com](http://thestandnews.com)

## 3 - TAIWAN



### The Reporter

Esse site de notícias sem fins lucrativos em língua chinesa, baseado em Taiwan, foi fundado em 2015 e se concentra em reportagens e investigações sobre o mundo de falantes chineses. Já recebeu 62 prêmios de jornalismo, incluindo o prêmio Human Rights Press de 2020 em Hong Kong, com uma reportagem sobre os "campos de reeducação" de uigures em Xinjiang.

[twreporter.org](http://twreporter.org)

## 4 - SINGAPURA



### Inition Media

Esse site de informações generalistas em língua chinesa, lançado em 2015 em Hong Kong, ganhou em 2020 quatro prêmios da Sociedade de Editores da Ásia (SOPA, na sigla em inglês) por seu trabalho jornalístico. Para escapar às pressões, a *Inition Media* decidiu, em agosto de 2021, mudar sua sede para Singapura.

[theinitium.com](http://theinitium.com)

## 5 - INDIA



### Tibet Post International

Esse site de notícias trilingue (inglês, tibetano e chinês) foi fundado em 2007 por um grupo de jornalistas tibetanos exilados em Dharamsala (no norte da Índia) e cobre principalmente violações de direitos humanos na região autônoma chinesa do Tibete.

[thetibetpost.com](http://thetibetpost.com)

## 6 - ESTADOS UNIDOS



### Boxun News

Desde 1998, esse site de notícias em língua chinesa publica artigos de jornalistas não profissionais chineses sobre informações censuradas pelo regime, tal como as epidemias, as violações de direitos humanos, os escândalos de corrupção e os desastres naturais.

[boxun.com](http://boxun.com)



### China Digital Times

Esse veículo online bilíngue chinês-inglês, fundado em 2003 nos Estados Unidos, disponibiliza informações valiosas sobre a propaganda, a censura e a vigilância digital na China ao analisar e traduzir as diretivas do Departamento de Propaganda, a retórica oficial e as palavras-chave censuradas.

[Chinadigitaltimes.net](http://Chinadigitaltimes.net)



### Mingjing News

O *Mingjing News* é um site de notícias participativo que cobre política, negócios, temas sociais e história chinesa. Em 2014, foi alvo de ciberataques depois de divulgar informações acerca de uma investigação secreta do governo chinês sobre o membro da Comissão Permanente do Gabinete Político do Partido Comunista Zhou Yongkang, que resultou em um julgamento a portas fechadas no qual ele foi condenado à prisão perpétua.

[Mingjingnews.com](http://Mingjingnews.com)

# Os jornalistas na linha de mira



Se ousam denunciar a corrupção das autoridades, publicar caricaturas satíricas ou defender os direitos humanos, os jornalistas muitas vezes acabam indo parar no banco dos réus.

© RFA - © Weibo - © CCTV - © Twitter

## A erradicação do jornalismo independente

Desde que o presidente Xi Jinping assumiu o poder, no início de 2013, uma onda de detenções sem precedentes desde o fim da era maoísta atingiu jornalistas e comentaristas políticos em todo o país, encerrando abruptamente uma década de experimentação com pluralismo e debate nos meios de comunicação chineses. No Ranking Mundial da Liberdade de Imprensa publicado pela RSF em 2021, a República Popular da China aparece na posição 177 de 180, apenas duas acima da Coreia do Norte, com pelo menos 127 jornalistas e defensores da liberdade de imprensa presos.

O jornalista investigativo **Huang Qi**, laureado com o Prêmio RSF de Liberdade Digital em 2004 e fundador do site de notícias de direitos humanos 64 Tianwang, foi detido em 2016 e condenado em julho de 2019 pelo Tribunal Popular Intermediário de Mianyang (na província de Sichuan) a [12 anos de prisão](#), por investigar violações de direitos humanos cometidas por autoridades chinesas. Em 30 de abril de 2020, o jornalista **Chen Jieren**, um antigo funcionário de meios de comunicação estatais chineses, foi sentenciado a [15 anos de prisão](#) pelo Tribunal Popular de Guiyang (na província de Hunan), por ter tornado públicos atos de corrupção envolvendo autoridades do Partido Comunista. Em julho de 2018, o cartunista **Jiang Yefei**, conhecido por suas caricaturas satíricas, foi condenado a [seis anos e meio de prisão](#), ao passo que o conhecido jornalista e defensor da liberdade de imprensa **Qin Yongmin** foi sentenciado a [13 anos de prisão](#) por “subversão”.

### Penas severas

Os jornalistas não profissionais tampouco estão imunes às acusações. No fim de 2017, o blogueiro **Wu Gan** foi condenado a [oito anos de prisão](#) pelo Tribunal de Tianjin (no norte da China), por ter chamado a atenção para a corrupção no governo. **Liu Feiyue**, fundador e editor-chefe do site Minsheng Guancha (Observatório de direitos cívicos e sociais), foi sentenciado a [cinco anos de prisão](#) pelo Tribunal Popular Intermediário de Suizhou (na província de Hubei) em janeiro de 2019, por “incitação à subversão do poder do Estado”.

Nem mesmo as considerações sobre fronteiras e nacionalidade intimidam o regime chinês, que atualmente mantém presos [três jornalistas estrangeiros](#) de origem chinesa, sob acusação de espionagem. **Cheng Lei**, célebre âncora australiana de um programa de notícias econômicas do grupo de mídia estatal China Global Television Network (CGTN), está presa desde 14 de agosto de 2020, sob suspeita de “divulgar segredos de Estado no exterior”. Ela se junta ao comentarista político australiano **Yang Hengjun**, detido um ano antes sob acusação semelhante e mantido arbitrariamente preso desde então. O sueco **Gui Minhui**, fundador de uma editora em Hong Kong, foi condenado em 2020 a 10 anos de prisão pelo mesmo motivo, após ter sido raptado na Tailândia em 2015.

### Tortura e maus-tratos

As prisões chinesas, notoriamente insalubres e administradas sem nenhuma transparência, permitem todo tipo de abuso, e os jornalistas detidos são sistematicamente submetidos a maus-tratos e impedidos de receber cuidados médicos. O guia turístico **Kunchok Jinpa**, importante fonte independente de informações sobre a região autônoma chinesa do Tibete até sua detenção, em 2013, morreu em 6 de fevereiro de 2021, aos 51 anos, em decorrência dos [maus-tratos](#) sofridos na prisão. Ele estava cumprindo uma sentença de 21 anos na prisão de Lhasa, por “divulgar segredos de Estado” depois de passar informações a meios de comunicação estrangeiros sobre os protestos em sua região natal de Driru, no nordeste do Tibete.

Em 2017, o vencedor do Prêmio Nobel da Paz de 2010 e laureado com o Prêmio de Liberdade de Imprensa da RSF de 2004, **Liu Xiaobo**, e o blogueiro dissidente **Yang Tongyan** morreram em decorrência de cânceres não tratados enquanto estavam na prisão. De acordo com a contagem da RSF, pelo menos 10 defensores da liberdade de imprensa atualmente detidos na China correm risco de morte iminente caso não sejam imediatamente libertados.



## Dez prisioneiros emblemáticos



### Ilham Tohti - 51 anos

**Profissão:** Fundador do site de notícias *Uyghur Online*

**Cidade de detenção:** Urumqi (região autônoma de Xinjiang)

**Sentença:** Prisão perpétua por “*separatismo*” (setembro de 2014)

**Causa provável:** Críticas ao governo

**Estado de saúde:** Problemas cardíacos e pulmonares, perda de peso; nenhuma informação desde o fim de 2018.



### Gulmira Imin - 43 anos

**Profissão:** Ex-administradora do site de notícias Salkin

**Cidade de detenção:** Urumqi (região autônoma de Xinjiang)

**Sentença:** Inicialmente, prisão perpétua por “*separatismo*” e “*divulgação de segredos de Estado no exterior*” (abril de 2010). Sua sentença foi supostamente reduzida para 19 anos e 8 meses de prisão em 2017.

**Causa provável:** Críticas ao governo

**Estado de saúde:** Antes de seu julgamento, em 2010, foi vítima de maus-tratos e tortura; nenhuma informação desde 2010, mas dadas as condições sanitárias notoriamente deploráveis das prisões chinesas, sua saúde deve ter continuado a se deteriorar.



### Lu Jianhua (Wen Yu) - 60 anos

**Profissão:** Comentarista político para a CCTV, a Phoenix TV e o *Singapore Strait Times*

**Cidade de detenção:** Prisão de Yancheng, Yanjiao (província de Hebei)

**Sentença:** 20 anos de prisão por “*divulgação de segredos de Estado no exterior*” (dezembro de 2006)

**Causa provável:** Comentários sobre a situação econômica, política e social na China

**Estado de saúde:** A ONG Independent Chinese Pen Center relatou uma deterioração de sua saúde; as autoridades recusaram um pedido de liberdade por motivos médicos.



### Zhang Haitao - 49 anos

**Profissão:** Comentarista político para o site de notícias Boxun, a Radio Free Asia e a Voice of America

**Cidade de detenção:** Shaya (região autônoma de Xinjiang)

**Sentença:** 19 anos de prisão por “*incitação à subversão*” e “*divulgação de segredos de Estado no exterior*” (janeiro de 2016)

**Causa provável:** Críticas às ações do regime de Pequim nas redes sociais e em entrevistas a meios de comunicação estrangeiros.

**Estado de saúde:** Espancado e forçado a usar correntes pesadas nos tornozelos durante seis meses; vítima de privação alimentar; nenhuma informação desde abril de 2018.



### Qin Yongmin - 68 anos

**Profissão:** Comentarista político e fundador do *China Human Rights Watch* e da newsletter *Rose China*.

**Cidade de detenção:** Wuhan (província de Hubei)

**Sentença:** 13 anos de prisão por “*incitação à subversão*” (julho de 2018)

**Causa provável:** Sugerir a ideia de uma transição pacífica para uma democracia respeitadora dos direitos humanos, incluindo a liberdade de imprensa.

**Estado de saúde:** Severamente debilitado por 20 anos de detenção e trabalhos forçados em décadas anteriores, ele faleceu durante o julgamento. Sua saúde havia se deteriorado ainda mais em 2019.



### Huang Qi - 58 anos

**Profissão:** Fundador del sitio web de información 64 Tianwang

**Cidade de detenção:** Bazhong (província de Sichuan)

**Sentença:** 12 anos de prisão por “*divulgação de segredos de Estado no exterior*” (julho de 2019).

**Causa provável:** Dar voz a vítimas de abusos cometidos pelo aparelho estatal chinês.

**Estado de saúde:** Complicações cardíacas e hepáticas resultantes de oito anos de prisão e trabalhos forçados; sofreu agressões e lesões.



### Yiu Mantin (Yao Wentian) - 76 anos

**Profissão:** Fundador da editora Morning Bell Press

**Cidade de detenção:** Dongguan (província de Guangdong)

**Sentença:** 10 anos de prisão por “*contrabando de produtos proibidos*” (maio de 2014)

**Causa provável:** Tentativa de publicar um livro sobre o presidente Xi Jinping

**Estado de saúde:** Asmático, sofre também de doença cardíaca, câncer de próstata e hepatite B; apesar de ter sofrido cinco AVCs, seus pedidos de liberdade condicional por razões médicas foram negados; nenhuma informação desde novembro de 2017.



### Gui Minhai (Michael Gui) - 57 anos

**Profissão:** Principal acionista da livraria Causeway Bay e da editora Mighty Current.

**Cidade de detenção:** Ningbo (província de Zhejiang)

**Sentença:** 10 anos de prisão por “*disseminação ilegal de informação sigilosa no exterior*” (fevereiro de 2020); preso desde 2015

**Causa provável:** Tentativa de publicar um livro sobre a vida privada do presidente Xi Jinping

**Estado de saúde:** Apresenta sintomas de doença neurológica grave e foi impedido de consultar o médico de sua embaixada (é cidadão sueco desde 1996), em desrespeito à lei consular.



### Wu Gan - 49 anos

**Profissão:** Defensor dos direitos humanos e comentarista no Twitter

**Cidade de detenção:** Qingliu (província de Fujian)

**Sentença:** Oito anos de prisão por “*incitação à subversão*” (dezembro de 2017)

**Causa provável:** Fazer comentários humorísticos sobre a corrupção de autoridades do Partido Comunista.

**Estado de saúde:** Vítima de tortura e privação do sono, perdeu 15 quilos na prisão; nenhuma informação desde março de 2019.



### Jiang Yefei - 53 anos

**Profissão:** Caricaturista do site de notícias *Boxun*.

**Cidade de detenção:** Chongqing (província de Sichuan)

**Sentença:** Seis anos de prisão por “*incitação à subversão*” e por “*cruzamento ilegal da fronteira*” (julho de 2018).

**Causa provável:** Desenhar caricaturas satíricas sobre as violações de direitos humanos na China.

**Estado de saúde:** Teria sido torturado e estaria cego de um olho devido à falta de tratamento.

## Bloqueio midiático em Xinjiang

Desde 2016, em nome da “luta contra o terrorismo”, o regime de Pequim tem conduzido uma violenta campanha de repressão contra a população muçulmana de língua turca, sobretudo os da etnia uigur, no noroeste da região autônoma de Xinjiang, acompanhada de um bloqueio midiático sem precedentes. De acordo com informações amplamente confirmadas pela imprensa internacional, pelo menos 1 milhão de pessoas estão detidas de maneira arbitrária em “centros de formação profissional” que se assemelham a campos de concentração.

Ao responder às perguntas de um jornalista do diário francês *l'Opinion* sobre [esse assunto](#), em junho de 2021, o embaixador chinês em Paris, Lu Shaye, [oscila](#) entre a falsa inocência e a paranoia assumida: “Se um ‘genocídio’ ou outras violações massivas de direitos humanos realmente aconteceram (...), por que nunca foram revelados nas redes sociais? Há muitos turistas estrangeiros, diplomatas e jornalistas que visitam Xinjiang. E é claro que há jornalistas ocidentais. Mesmo que vejam aspectos positivos, eles procuram por aspectos negativos ao escrever suas reportagens.”

Em seu discurso, o embaixador “se esquece” de mencionar que os poucos jornalistas estrangeiros que ainda têm permissão para visitar Xinjiang são mantidos sob estrita vigilância, não podem se deslocar nem fazer entrevistas livremente e, se suas reportagens desagradam Pequim, se arriscam a ver seu nome em negrito na lista negra dos jornalistas proibidos de entrar em território chinês. Em agosto de 2018, **Megha Rajagopalan**, chefe do escritório do *Buzzfeed News* na China, foi [forçada a deixar o país](#) após a não renovação de seu visto. No ano anterior, ela havia publicado uma reportagem descrevendo Xinjiang como um “laboratório de ponta em matéria de vigilância”.

Os jornalistas chineses que se atrevem a desafiar a censura se arriscam ainda mais. O fotojornalista **Lu Guang**, duas vezes vencedor do prêmio World Press, [desapareceu](#) em 2018 depois de viajar para Urumqi, capital de Xinjiang, para se reunir com fotógrafos locais, e desde então, ao que parece, está em prisão domiciliar. O jornalista e acadêmico uigur **Ilham Tohti**, laureado com o Prêmio Václav Havel do Conselho da Europa e com o Prêmio Sakharov do Parlamento Europeu, cumpre, desde 2014, [pena de prisão perpétua](#) por “separatismo”, assim como **Gulmira Imin**, ex-administradora do site de notícias Salkin, presa desde 2010. Em outubro de 2021, depois de postar um documentário no YouTube no qual identificava cerca de 20 centros de detenção de uigures na região, o vlogueiro chinês **Guanguan** fugiu para os Estados Unidos por medo de represálias.

*Na região autônoma de Xinjiang, os jornalistas têm até mesmo seus menores movimentos controlados – quando não são detidos.*

© Johannes Eisele / AFP



Desde o lançamento dessa campanha de repressão em Xinjiang, oficialmente “contra o terrorismo”, as autoridades detiveram centenas de intelectuais uigures, incluindo muitos jornalistas. Em maio de 2019, a ONG norte-americana Uyghur Human Rights Project (UHRP) [revelou](#) que o regime mantinha presos nada menos do que 58 jornalistas, redatores e editores uigures. Em novembro de 2021, segundo o último levantamento feito pela RSF, o número de jornalistas uigures presos havia aumentado para 71, mais da metade dos 127 jornalistas e defensores da liberdade de imprensa detidos na China.



### ENTREVISTA

## “O regime pressiona nossos parentes na China”

**Jornalista da seção uigur da mídia privada Radio Free Asia (RFA), financiada pelo Congresso norte-americano, e laureada com o Prêmio Magnitsky de Direitos Humanos em 2019 e com o Prêmio de Coragem no Jornalismo da International Women’s Media Foundation (IWMF), em 2020, Gulchehra Hoja testemunha as pressões sofridas pelos jornalistas que cobrem a região autônoma de Xinjiang.**

### *Qual é a situação dos meios de comunicação na região autônoma de Xinjiang?*

Nos últimos anos, as restrições à cobertura dos meios de comunicação em Xinjiang levaram a um apagão da mídia na região, e como resultado disso a maioria das notícias independentes tem sido fornecida por veículos de comunicação baseados fora da China. Como crescemos na região e falamos o idioma local, meus colegas e eu somos capazes de contrariar a propaganda do regime e informar o mundo sobre a real situação na região. Como publicamos informação independente, o governo chinês nos vê como uma ameaça e tenta por todos os meios nos silenciar.

### *De que tipo de ataque vocês são vítimas?*

Como não consegue nos atingir diretamente, o regime pressiona nossos parentes na China. Minha família tem sido alvo do governo chinês desde que me mudei para os Estados Unidos, em 2001, por isso são constantemente perseguidos e interrogados. Em setembro de 2017, eles pararam subitamente de se comunicar comigo pelo WeChat, e mais tarde eu soube que meu irmão tinha sido preso pelo governo chinês por causa do meu trabalho. Em 3 de fevereiro de 2018, meus pais e outros 24 parentes também foram presos. Infelizmente, isso não é incomum: todos os membros da equipe uigur da RFA têm parentes em campos de concentração ou em prisões com o objetivo de pressioná-los.

### *Essas pressões têm impacto sobre seu trabalho?*

Não seremos silenciados, porque somos a voz de milhões de uigures e outras minorias muçulmanas na região de Xinjiang impedidos de se expressar. A informação que publicamos é crucial, pois permite combater a propaganda do regime chinês e denunciar o genocídio cultural que está atualmente em curso na região.

© D.A. Peterson / Departamento de Estado dos EUA

## Os correspondentes estrangeiros, testemunhas indesejáveis

Em uma coletiva de imprensa realizada em 29 de julho de 2021, o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores chinês, Zhao Lijian, se referiu à BBC (British Broadcasting Corporation) como uma mídia “caluniadora” que “atacava e difamava a China, em um grave desvio da ética profissional do jornalismo”, e produzia “notícias falsas”, comentário que ilustra a crescente paranoia do regime em relação a jornalistas estrangeiros. Essas palavras tinham o objetivo de “justificar” o constrangimento físico e as ameaças virtuais a correspondentes estrangeiros, incluindo jornalistas da BBC, do *Los Angeles Times* e da Deutsche Welle que cobriam as cheias catastróficas na província de Henan, na China central, naquele mês, ataques perpetrados, notadamente, pela Liga da Juventude do Partido Comunista Chinês.

Não é a primeira vez que o regime ataca a emissora pública britânica, que teve sua licença de transmissão na China oficialmente [revogada](#) em 4 de fevereiro de 2021. No mês seguinte, **John Sudworth**, correspondente da BBC na China havia nove anos, foi forçado a abandonar o país após repetidas ameaças das autoridades, descontentes com sua cobertura sobre a repressão à população muçulmana uigur na região autônoma de Xinjiang. Em 2017, depois de escrever um artigo sobre o sistema de vigilância em massa Skynet, projeto que envolveu a instalação de 200 milhões de câmeras de vigilância no país, Sudworth foi acusado de “preconceito político e problemas mentais” pelo veículo de comunicação oficial chinês *Global Times*.

### O fim de uma “era de ouro”

Os correspondentes estrangeiros na China sempre enfrentaram dificuldades, especialmente quando cobriam temas políticos ou de direitos humanos. Houve um período, contudo, entre as décadas de 1990 e 2000, durante o qual eles e seus colegas chineses desfrutavam de uma certa liberdade de investigação e tinham acesso às fontes de informação necessárias para seu trabalho, fossem elas oficiais ou não. Para as autoridades, era um mal necessário: mesmo que, por vezes, contivessem informações perturbadoras, as reportagens dos correspondentes estrangeiros cumpriam o papel essencial de informar o mundo sobre o desenvolvimento econômico e social da China, atraindo assim investidores e parceiros comerciais.

*Já particularmente violenta, a perseguição a correspondentes estrangeiros se intensificou com a pandemia de Covid-19.*

© Thomas Peter / Reuters



Duas décadas mais tarde, a situação mudou radicalmente, e essa “era de ouro” para os jornalistas estrangeiros na China ficou para trás. O regime chinês, que declarou guerra ao jornalismo independente e se equipou com a mais poderosa máquina de propaganda do mundo, vê os correspondentes estrangeiros como testemunhas não desejadas a silenciar. Em seu [relatório anual](#), publicado em 1o de março de 2021, o **Clube dos Correspondentes Estrangeiros da China (FCCC, na sigla em inglês)** denunciou a intensificação da perseguição com a crise sanitária da Covid-19. De fato, o regime instituiu um verdadeiro sistema de intimidação a correspondentes estrangeiros baseado em vigilância e no uso crescente da prática de chantagem envolvendo vistos. Em 2020, nada menos do que 18 correspondentes estrangeiros foram forçados a deixar o país.



© BBC

### Pressão sobre as fontes

A perseguição não se restringe aos jornalistas, mas afeta também sua equipe e suas fontes. Em 7 de dezembro de 2020, **Haze Fan**, cidadã chinesa e assistente de notícias da agência Bloomberg – que já havia trabalhado para os veículos de notícias internacionais CNBC, CBS News, Al Jazeera e Thomson Reuters –, foi [detida](#) pelo Departamento de Segurança Nacional de Pequim por “*comprometer a segurança nacional*”, e permanece até hoje presa e incomunicável, sem data de julgamento. As fontes de informação, essenciais para os jornalistas, estão se tornando cada vez mais raras e muitas vezes exigem anonimato devido ao medo de represálias. Em 2018, o professor universitário aposentado **Sun Wenguang**, de 84 anos, uma importante figura do movimento pró-democracia na China, foi [detido em sua casa](#), na cidade de Jinan (província de Shandong), no meio de uma entrevista por telefone para a rádio Voice of America (VOA).

### O risco de se tornar refém

O risco de serem expulsos da China não é mais a principal preocupação dos correspondentes estrangeiros, que enfrentam agora o temor de serem feitos reféns no caso de uma crise política com seu país. Três jornalistas estrangeiros de origem chinesa estão atualmente detidos sob acusações de espionagem na China: o editor sueco **Gui Minhai**, fundador de uma editora de Hong Kong, condenado em 2020 a 10 anos de prisão, e os jornalistas australianos **Yang Hengjun** e **Cheng Lei**, detidos em 2019 e 2020, respectivamente, e desde então mantidos presos sem data de julgamento.

Em 3 de setembro de 2020, os correspondentes australianos **Bill Birtles** (ABC News) e **Michael Smith** (*The Australian Financial Review*) tiveram de buscar refúgio na Embaixada da Austrália para não serem presos depois de investigarem o caso de Cheng Lei. Os dois jornalistas conseguiram finalmente deixar o país no dia 7 de setembro, não sem antes terem sido obrigados a se submeter a um interrogatório policial.

Esse aumento da pressão do regime chinês sobre os correspondentes estrangeiros tem um forte impacto na quantidade e na qualidade da informação que produzem e limita a cobertura e a compreensão dos acontecimentos na China. Em um artigo publicado na revista online em inglês *ChinaFile* em agosto de 2020, **Josh Chin**, ex-chefe adjunto do escritório do *Wall Street Journal* na China e expulso do país em fevereiro do mesmo ano, lamentou ter se tornado mais difícil “trazer um toque local que humaniza a história”.



# 2

## HONG KONG: A LIBERDADE DE IMPRENSA EM QUEDA LIVRE

- A Lei de Segurança Nacional, imposta por Pequim em 2020, deu ao governo de Hong Kong um pretexto para perseguir pelo menos 12 jornalistas e defensores da liberdade de imprensa, dez dos quais foram presos, e fechar o *Apple Daily*, o maior jornal de oposição em língua chinesa do território.
- Para agradar o regime chinês, a chefe do Executivo de Hong Kong, Carrie Lam, ataca os símbolos da liberdade de imprensa, tais como o grupo de mídia público RTHK (Radio Television Hong Kong) e faz vista grossa à violência contra jornalistas.

# A repressão aos meios de comunicação independentes

## “Segurança nacional” a qualquer preço

Um quarto de século depois da devolução de Hong Kong à República Popular da China, o princípio da liberdade de imprensa, embora garantido pela Lei Básica (Hong Kong Basic Law), que rege o território até 2047, nunca esteve tão ameaçado. No espaço de uma geração, o território autônomo caiu do 18º lugar no Ranking Mundial da Liberdade de Imprensa da RSF, posição que ocupava em 2002, ano de criação do índice, para o 80º lugar em 2021.

Durante esse período, Pequim [assumiu progressivamente o controle](#) sobre parte dos meios de comunicação em língua chinesa de Hong Kong, ao mesmo tempo que estabeleceu um sistema de pressões indiretas sobre outros veículos de imprensa por meio de seus anunciantes. Em 30 de junho de 2020, a situação se agravou ainda mais com a adoção, pela Comissão Permanente do Congresso Nacional do Povo (a mais alta instância do poder Legislativo na China), da “Lei da República Popular da China sobre a Salvaguarda da Segurança Nacional na Região Administrativa Especial de Hong Kong”.

Esse texto deliberadamente vago, que estabelece a punição máxima de prisão perpétua para crimes de “terrorismo”, “secessão”, “subversão” e “conluio com forças estrangeiras”, abre as portas para detenções e condenações arbitrárias sob um verniz de legalidade. Para **Keith Richburg**, diretor do Centro de Jornalismo e Estudos de Mídias da Universidade de Hong Kong, entrevistado pelo canal de televisão norte-americano CNBC em maio de 2021, essa lei, que ele comparou à antiga tortura chinesa de “morte por mil cortes”, condena a liberdade de imprensa em Hong Kong a um lento mas inevitável desaparecimento.

*Desde a adoção da Lei de Segurança Nacional, 12 jornalistas e defensores da liberdade de imprensa já foram indiciados por “crimes” contra o Estado.*

© Anthony Wallace / AFP



## “Crimes” passíveis de prisão perpétua

A Lei de Segurança Nacional, igualmente ambígua e imprecisa em sua versão original chinesa e na tradução para o inglês, entrou em vigor imediatamente após sua promulgação e é aplicável a qualquer jornalista que trabalhe na Região Administrativa Especial de Hong Kong, quer resida em seu território quer não (Artigo 38).

Em caso de julgamento em Hong Kong, os jornalistas enfrentam penas tão severas quanto a prisão perpétua e, embora a palavra “extradição” nunca seja mencionada, a lei prevê a possibilidade de os julgamentos serem conduzidos na República Popular da China (Artigo 55), onde os crimes contra a segurança nacional são puníveis com a pena de morte. A lei também prevê a realização de determinados julgamentos a portas fechadas, longe do escrutínio da mídia e do público (Artigo 41).

Para aplicar a nova lei, o regime de Pequim estabeleceu em Hong Kong um Gabinete de Salvaguarda da Segurança Nacional (Artigo 48), encarregado de supervisionar os meios de comunicação e a atividade de correspondentes estrangeiros (Artigo 54), e criou a Comissão para a Salvaguarda da Segurança Nacional (Artigo 12), que opera com poderes de polícia não sujeitos às jurisdições locais (Artigo 14), o que lhe permite agir livremente no sentido de intimidar e vigiar jornalistas e suas fontes.

## Um projeto diversas vezes adiado

Nos anos 1990, quando Hong Kong se tornou a principal porta de acesso a informações sobre a China, os repórteres que conduziam investigações sobre o continente já se arriscavam a ser acusados de “crimes contra o Estado”. Em 1994, **Xi Yang**, repórter do jornal diário *Ming Pao*, foi condenado a 12 anos de prisão por “roubo de segredos financeiros de Estado”, depois de divulgar a estratégia de mercado de ações do Banco Central da China. Após sua condenação, jornalistas de Hong Kong organizaram uma série de protestos.

Em 2002, apenas cinco anos depois de o território ter sido devolvido à China pelo Reino Unido, o Executivo de Hong Kong, sob pressão de Pequim, fez uma [primeira tentativa](#) de propor ao Conselho Legislativo a adoção de uma lei de segurança nacional que punisse crimes contra o Estado com prisão perpétua. O projeto foi rapidamente retirado depois de uma manifestação que reuniu nas ruas meio milhão de cidadãos de Hong Kong, preocupados com a ameaça direta que essa regulamentação poderia representar a sua liberdade política e religiosa e à liberdade de imprensa.

Em 2014, os cidadãos de Hong Kong [voltaram às ruas](#) para exigir mais democracia, incluindo a eleição do Conselho Legislativo por sufrágio universal; esse movimento ficou conhecido como a “Revolução dos Guarda-Chuvas”, durante a qual o distrito comercial central foi ocupado pacificamente por 79 dias antes de os protestantes serem violentamente dispersados pela polícia. O regime de Pequim, temendo um dia perder o controle do território, começou a trabalhar com o Executivo de Hong Kong na elaboração de um futuro projeto de regulamentação da segurança

## Abrindo caminho à força

No início de 2019, a recém-nomeada chefe do Executivo Carrie Lam deu início a uma campanha para promover um novo texto legislativo, a “Lei para Infratores Fugitivos e Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal de 2019 (Emenda)”, também conhecida como [lei da extradição](#), que autorizava que residentes e visitantes acusados de um crime em Hong Kong fossem extraditados para a China continental. Embora a lei teoricamente exclua crimes políticos e econômicos e casos nos quais direitos humanos possam ser violados, os cidadãos de Hong Kong temiam que seus representantes não fossem capazes de se opor às exigências de Pequim, especialmente em casos envolvendo ativistas e jornalistas.

Na primavera, os cidadãos de Hong Kong ocuparam novamente as ruas. Em 9 de junho, somavam 1 milhão de manifestantes; em 16 de junho, entre 1,5 milhão e 2 milhões, quase um em cada dois trabalhadores, número sem precedentes no território, que tem cerca de 7,5 milhões de habitantes. O Executivo de Hong Kong foi mais uma vez forçado a abandonar a lei. Para o regime de Pequim, essa humilhação foi a gota d'água. No meio da crise sanitária causada pela pandemia de Covid-19, a China adotou por conta própria a [Lei de Segurança Nacional](#), imposta à região administrativa especial a despeito de sua autonomia, em teoria garantida até 2047 sob o princípio de “um país, dois sistemas”.

## EM FOCO

# Os quatro crimes contra o Estado

Os quatro “crimes contra o Estado” previstos na Lei de Segurança Nacional foram definidos de maneira tão vaga que todas as interpretações possíveis podem ser usadas para silenciar jornalistas.

### “Conluio com um país estrangeiro ou com elementos externos para pôr em risco a segurança nacional”

- **Pena máxima:** Prisão perpétua
- **Definição:** Dedicar-se a “*atividades hostis*” ou a provocar “*ódio*” à China ao “*fornecer segredos ou informações de Estado*”; “*conspirar com um país ou instituição estrangeiros*”; “*receber direta ou indiretamente instruções*” de um país ou organização estrangeiros.
- **Precedente na China:** A propaganda de Pequim apresenta sistematicamente os meios de comunicação estrangeiros como agentes a serviço da promoção dos interesses do Estado onde têm sede. Em 2020, pelo menos 18 jornalistas que trabalhavam para veículos de comunicação estrangeiros foram [expulsos](#) da China. Em 2021, havia pelo menos três jornalistas estrangeiros [detidos](#) pelo regime chinês sob a acusação de espionagem.
- **Aplicação em Hong Kong:** Em 2020, **Jimmy Lai**, fundador do *Apple Daily*, foi acusado desse crime. Em 2021, seis funcionários do *Apple Daily*, incluindo jornalistas, foram [acusados de conspirar com Lai](#) em “conluio com forças estrangeiras”. Em janeiro de 2020, a chefe do Executivo de Hong Kong, Carrie Lam, sugeriu que as mídias estrangeiras, e até mesmo os meios de comunicação de Hong Kong fundados por residentes estrangeiros, poderiam ser agentes de governos ocidentais.

### “Subversão”

- **Pena máxima:** Prisão perpétua
- **Definição:** “*Derrubar ou minar*” o “*sistema básico*” da China ou “*interferir em, perturbar ou minar*” seriamente o desempenho dos deveres do poder central na China ou do corpo de poder em Hong Kong.
- **Precedente na China:** Pelo menos 13 jornalistas estão presos sob as acusações de “*subversão do poder do Estado*” e “*incitação à subversão*”.
- **Aplicação em Hong Kong:** As defensoras da liberdade de imprensa **Claudia Mo** e **Gwyneth Ho Kwai-lam** foram [detidas](#) em 2021 acusadas desse crime, por apoiarem a democracia e a liberdade de imprensa no território. Jornalistas que informam sobre eventos pró-independência ou citam ativistas pró-independência, assim como aqueles que escrevem artigos de opinião críticos ou textos investigativos relacionados com o regime chinês, podem ser acusados desse crime.



Victor Mallet, jornalista expulso de Hong Kong em 2018 depois de moderar um debate com a participação de um ativista pró-independência, poderia ter sido acusado de “secessão” se a Lei de Segurança Nacional existisse na época.

© Paul Yeung

### “Secessão”

- **Pena máxima:** Prisão perpétua
- **Definição:** “*Minar a unificação nacional*” e “*separar Hong Kong*” da China.
- **Precedente na China:** No continente, esse crime é frequentemente associado ao “separatismo” e se estende a qualquer indivíduo ou grupo, tais como os uigures e tibetanos, que promova culturas e línguas regionais. O jornalista e acadêmico **Ilham Tohti** foi condenado a [prisão perpétua](#) sob a acusação de “*separatismo*” em 2014.
- **Aplicação em Hong Kong:** Sob a Lei de Segurança Nacional, qualquer jornalista que escreva sobre a identidade cultural de Hong Kong ou sobre o movimento pró-independência pode ser acusado de “*separatismo*”. **Victor Mallet**, editor de notícias sobre a Ásia do *Financial Times*, foi [expulso](#) de Hong Kong em 2018 por ter moderado um debate realizado pelo Clube dos Correspondentes Estrangeiros em Hong Kong (FCCHK) que contou com a participação de um ativista pró-independência. Se a lei de segurança existisse àquela altura, Mallet poderia ter sido acusado de “*secessão*”.

### “Atividades terroristas”

- **Sentença máxima:** Prisão perpétua
- **Definição:** *Causar ou ter intenção de causar danos sérios à sociedade* por meio da prática de “*atividades que ponham seriamente em risco a saúde ou a segurança pública*”.
- **Precedente na China:** Pelo menos 71 jornalistas estão atualmente detidos sob acusações relacionadas ao terrorismo, como parte da repressão de Pequim ao grupo étnico uigur na região autônoma de Xinjiang. **Wahitjan Osman**, ex-editor-chefe da editora uigur Xinjiang Education Press, está preso desde 2016 por ter promovido “*separatismo e ideologia terrorista*”.
- **Aplicação em Hong Kong:** Como o regime chinês e o Executivo de Hong Kong com frequência qualificam o movimento pró-democracia de “*terrorismo*”, os jornalistas que fazem reportagens nos locais de manifestação podem ser acusados, sob a Lei de Segurança Nacional, de ter cometido um ato de terrorismo. Da mesma forma, na China, os repórteres estrangeiros que informam sobre esses protestos podem ser detidos ou expulsos por “*apoiar o terrorismo*”.



## Jornalistas, as novas ovelhas negras



© Anthony Wallace / AFP

Em 29 de maio de 2023, **Wong Ka-ho**, editor-chefe do jornal estudantil da Universidade da Cidade de Hong Kong, e **Ma Kai-chung**, repórter da mídia online Passion Times, comparecerão a um tribunal criminal para responder pelo crime de “participação em motim”, punível com sete anos de prisão. Os dois jornalistas foram detidos em 1o de julho de 2019, enquanto cobriam a incursão de um grupo de manifestantes no prédio do Conselho Legislativo de Hong Kong durante manifestações contra a lei de extradição que reuniram mais de meio milhão de pessoas. O fato de os dois serem levados a julgamento apenas por terem feito seu trabalho diz muito sobre o recente declínio da liberdade de imprensa em Hong Kong. Na última contagem, nada menos do que 12 jornalistas e defensores da liberdade de imprensa da região administrativa especial estavam sendo acusados de crimes contra o Estado (10 dos quais estavam na prisão) e quatro outros foram detidos acusados de crimes não relacionados com a segurança nacional.

O repórter independente **Wilson Li Chung-chak**, colaborador do canal de televisão britânico ITV, foi o primeiro jornalista de Hong Kong a ser detido sob a Lei de Segurança Nacional, apenas um mês depois de ela ter entrado em vigor. Libertado sob fiança, ele ainda está respondendo pelo crime de “conluio com forças estrangeiras”. **Jimmy Lai**, fundador do diário *Apple Daily*, agora fechado pelo governo, não teve a chance de ser libertado sob fiança e permanece preso sob a acusação de “conspiração para conluio com forças estrangeiras”. Seis ex-funcionários do grupo também estão presos: o diretor-geral **Cheung Kim-hung**, o editor-chefe **Lam Man-chung**, o editor-adjunto **Chan Pui-man**, o redator-chefe **Ryan Law Wai-kwong** e os colunistas **Fung Wai-kong** e **Yeung Ching-kee** (conhecidos por seus pseudônimos Lo Fung e Li Ping, respectivamente).



Repórteres agora podem ser presos simplesmente por fazer seu trabalho.

© Stand News

Entre as vítimas da Lei de Segurança Nacional estão duas conhecidas defensoras da liberdade de imprensa em Hong Kong, ambas presas sob acusação de “conspiração para cometer subversão”: **Claudia Mo**, ex-deputada e ex-jornalista, e **Gwyneth Ho Kwai-lam**, ex-repórter do Stand News que transmitiu ao vivo um ataque perpetrado por membros de um grupo pró-Pequim contra manifestantes, jornalistas e passageiros na estação de metrô Yuen Long, em 21 de julho de 2019.

Paralelamente, o governo de Hong Kong também retomou uma disposição de sedição que remonta ao período colonial britânico e que havia caído em desuso desde a década de 1970 para processar o radialista **Wan Yiu-Sing**, conhecido pelo pseudônimo “Giggs”. Preso desde novembro de 2020, o jornalista teve o pedido de fiança negado duas vezes e pode ser condenado a 14 anos de prisão.

Até mesmo a venerável Associação de Jornalistas de Hong Kong (HKJA), fundada em 1968, está agora sob ataque do governo por “ousar” apoiar os jornalistas perseguidos. Em setembro de 2021, o secretário de Segurança e ex-chefe de polícia de Hong Kong Chris Tang acusou a associação de “se infiltrar em escolas” e “[cooptar] estudantes de jornalismo para se tornarem membros”.



Por ter defendido a democracia e a liberdade de imprensa, Claudia Mo, ex-jornalista e ex-deputada, corre o risco de ser condenada à prisão perpétua.

© Peter Parks / AFP

## EM FOCO

### Jimmy Lai, premiado pela RSF, sob risco de prisão perpétua

Jimmy Lai, fundador do diário *Apple Daily* e laureado com o Prêmio Liberdade de Imprensa RSF em 2020, tem sido, nas últimas três décadas, um franco defensor da liberdade de imprensa e da democracia em Hong Kong. Preso desde dezembro de 2020, foi o primeiro alvo da Lei de Segurança Nacional relacionado com meios de comunicação e, em virtude disso, corre o risco de ser condenado à prisão perpétua.

“É nossa responsabilidade como jornalistas exigir justiça”, afirmou Jimmy Lai, de 73 anos, em uma carta escrita em sua cela de prisão em 12 de abril de 2021. Prevendo mais ataques ao jornal *Apple Daily*, que havia fundado e que o governo de Hong Kong fecharia dois meses mais tarde, pediu a sua equipe que “mantivesse [a] cabeça erguida”.

Jimmy Lai, laureado com o Prêmio Liberdade de Imprensa da RSF em 2020, é um defensor histórico da liberdade de imprensa em Hong Kong. Foi uma das primeiras figuras alvo da Lei de Segurança Nacional, sob a qual [corre o risco de ser condenado à prisão](#) perpétua. Preso desde dezembro de 2020, enfrenta várias acusações e já foi condenado a 20 meses de prisão por “organização” e “participação” em três protestos “não autorizados”.

Depois de se refugiar em Hong Kong aos 12 anos, quando a China maoísta enfrentava umas das fomes mais mortais de sua história, Lai aprendeu inglês sozinho enquanto trabalhava em condições insalubres em fábricas de roupas. Em 1981, fundou a marca de roupas Giordano, que se expandiu rapidamente para outros países e mais tarde fez sua fortuna. O massacre da Praça da Paz Celestial, em 4 de junho de 1989, determinou o seu compromisso com a democracia e a liberdade de imprensa. Em 1990, lançou a revista semanal em língua chinesa *Next Magazine* e, em 1995, o jornal *Apple Daily*.

Jimmy Lai e os meios de comunicação que fundou foram alvo de constante perseguição por parte das autoridades e de diversos ataques criminosos. Em 2013, sua casa foi invadida por um veículo, e os agressores deixaram um machado e um facão como aviso. Em 2015, indivíduos mascarados atiraram coquetéis molotov em sua casa e na sede do jornal. Em 2019, durante os protestos contra a lei de extradição, Lai foi novamente vítima de agressões na rua e sua casa foi incendiada.

© Isaac Lawrence / AFP



“Sob forte chuva, os residentes de Hong Kong dizem adeus ao *Apple Daily*”. A última edição do jornal vendeu um milhão de cópias.

© Apple Daily

## O desmonte do Apple Daily

Nas primeiras horas de 17 de junho de 2021, 500 policiais fizeram um cerco à sede do grupo Next Media, cuja publicação *Apple Daily* era um dos veículos impressos mais populares de Hong Kong. Ao contrário do que se poderia imaginar, a polícia não estava ali para proteger os jornalistas de uma ameaça de bomba ou de um ataque terrorista. O cerco, orquestrado pelo Executivo de Hong Kong sob ordens de Pequim, tinha como alvo o próprio grupo de imprensa.

A polícia invadiu o *Apple Daily* e forçou os jornalistas a deixar a redação, apreendendo computadores, telefones e outros dispositivos eletrônicos. Paralelamente, os principais executivos do jornal foram presos em suas casas. Mais tarde nesse mesmo dia, o governo anunciou o congelamento dos ativos da Next Digital, empresa controladora do *Apple Daily*, medida que fez com que o grupo de mídia ficasse impossibilitado de continuar pagando funcionários e fornecedores, forçando seu fechamento logo depois.

Uma semana mais tarde, em 24 de junho, o *Apple Daily* publicou sua derradeira edição. No fim das contas, chegaria a uma tiragem histórica de 1 milhão de cópias, dez vezes mais do que costumava vender em um dia comum. Muitos residentes de Hong Kong ficaram em filas a noite toda diante de bancas de jornal para demonstrar apoio ao jornal com 26 anos de existência, que se tornou símbolo da liberdade de imprensa na antiga colônia britânica. Foi esse amplo apoio popular que, até aquele dia, permitiu ao veículo resistir à perseguição constante e à prisão, em dezembro de 2020, de seu fundador, **Jimmy Lai**.

No início de setembro de 2021, três meses depois do fechamento do *Apple Daily*, a Next Digital abriu falência, com seu conselho de diretores renunciando para facilitar o processo. No fim do mês, o governo entrou com uma ação para solicitar a liquidação dos últimos ativos do grupo.



© Anthony Wallace / AFP

## EM FOCO

### Partir ou arriscar a prisão, o dilema dos jornalistas de Hong Kong

De acordo com uma pesquisa realizada em junho de 2021 pelo Clube dos Correspondentes Estrangeiros (FCCHK), quase metade dos jornalistas baseados em Hong Kong está considerando deixar a região administrativa especial. Entrevistados pela RSF, alguns deles falaram sobre a difícil escolha entre ir embora ou arriscar a prisão..

Dois dias depois da prisão de um comentarista do Apple Daily no aeroporto, em 27 de junho de 2021, **Kris Cheng**, ex-diretor editorial do veículo de comunicação online *Hong Kong Free Press*, conhecido por sua franqueza, tomou a dolorosa decisão de deixar o território. *“Aquele prisão assustou muitos jornalistas. Acho que foi a gota d’água para mim”*, disse Cheng. Ele se mudou para o Reino Unido, onde trabalha como jornalista freelancer para a rádio pública norte-americana Voice of America. Devido à distância e à diferença de fuso horário, Cheng quase não consegue mais cobrir as notícias de Hong Kong, que ele acha, de qualquer modo, muito sombrias: *“Infelizmente, grande parte das informações que chegam de Hong Kong neste momento são sobre pessoas sendo levadas aos tribunais”*, disse ele.

A jornalista investigativa **Bao Choy** (no centro da foto), que em abril de 2021 foi condenada a pagar uma multa por supostas declarações falsas enquanto produzia um documentário no qual criticava a falta de ação da polícia durante um ataque a manifestantes pró-democracia, jornalistas e passageiros perpetrado por membros da triade pró-Pequim, também deixou Hong Kong, aceitando uma bolsa de jornalismo nos Estados Unidos. Embora essa pausa seja “mais do que bem-vinda”, ela não a vê como um exílio definitivo. *“Como jornalista, não posso simplesmente fugir porque corro o risco de ser presa. Ainda há espaço para os jornalistas fazerem seu trabalho”*, disse Choy.

Para o presidente da Associação de Jornalistas de Hong Kong (HKJA), **Ronson Chan**, as decisões dos jornalistas de se mudar ou ficar são baseadas em vários fatores. *“Muitos estão preocupados com o futuro de sua família e querem evitar mais sofrimento sob um clima político cada vez pior em Hong Kong”*, diz Chan, *“mas alguns não podem ir embora tão facilmente porque não sabem ao certo o que poderiam fazer como jornalistas em um país estrangeiro.”* A pandemia de Covid-19, que fez com que muitos países impusessem restrições a viagens, também reduziu as opções dos jornalistas que desejam partir.

Embora a maioria dos jornalistas baseados em Hong Kong tema pelo seu futuro, muitos se recusam a abandonar a região autônoma à própria sorte: *“Temos de lutar constantemente contra pensamentos subconscientes de autocensura, mas estamos aqui para ficar”*, disse o editor de um site de notícias online baseado em Hong Kong, que pediu para permanecer anônimo. *“Estamos vendo dia após dia que concessões terão de ser feitas a fim de assegurar a longevidade das nossas operações e a segurança da nossa equipe, ao mesmo tempo que mantemos intactos nosso código de ética, nossos padrões jornalísticos e nossa missão.”*



© Anthony Wallace / AFP

# Duas décadas de recuo da liberdade de imprensa

## Crônica de um declínio anunciado

Em 1o de julho de 1997, quando o Reino Unido devolveu Hong Kong à China, muitos residentes temiam que o governo chinês não respeitasse a liberdade de imprensa da qual desfrutavam desde os anos 1980, apesar de esse direito ser garantido pela Lei Básica do Território Administrativo Especial, de acordo com o princípio de “um país, dois sistemas”.

Em meados de 1996, Lu Ping, diretor do Gabinete para os Assuntos de Hong Kong e Macau no Conselho de Estado, alertou que, depois da reintegração, os jornalistas não deveriam mais defender a ideia de “duas Chinas”, de “a China e Taiwan” ou da “independência de Hong Kong”, levando muitos a acreditar que uma repressão à liberdade de imprensa estava prestes a ter início. O futuro chefe do Executivo, Tung Chee-hwa, tampouco tranquilizou os residentes de Hong Kong ao declarar, em um discurso antes da transferência, que, na sociedade chinesa, a “ordem” era mais importante do que os “direitos individuais”.

### “Um esforço consciente, deliberado e sincero”

Para alívio de todos, nas semanas e meses que se seguiram à devolução de Hong Kong à China, pouca coisa mudou, e os meios de comunicação puderam continuar com suas atividades sem abrir mão de sua habitual independência do governo. Um mês após a reintegração, em um seminário sobre liberdade dos meios de comunicação na Hong Kong pós-colonial, **Tim Hamlett**, professor de Jornalismo da Universidade Batista de Hong Kong, reconheceu que o governo central estava fazendo um “esforço consciente, deliberado e sincero para manter Hong Kong independente”, embora duvidasse de que isso fosse durar no longo prazo. De fato, a aparente boa-vontade de Pequim deixou muitos jornalistas [céticos](#).

Em setembro de 1997, apenas dois meses depois da reintegração, a comissão do Ministério das Relações Exteriores da China em Hong Kong tentou mais uma vez apaziguar as preocupações dos residentes, reiterando seu compromisso de não “interferir nas atividades normais de reportagem de jornalistas locais e estrangeiros”. Em um relatório publicado à época, o Comitê para a Proteção de Jornalistas (CPJ), organização de defesa da liberdade de imprensa, admitiu que a temida repressão aos meios de comunicação até aquele momento ainda “não tinha acontecido”, mas alertou para um risco crescente de “autocensura” que poderia, em longo prazo, ameaçar a liberdade de imprensa em Hong Kong.

A situação permaneceu praticamente a mesma durante toda a primeira década do milênio. Em 2003, quando meio milhão de cidadãos de Hong Kong foram às ruas exigir o abandono de um primeiro projeto de lei de segurança nacional, a imprensa pôde fazer seu trabalho sem muitos entraves, o jornal *Apple Daily* chegando a se revelar um dos [protagonistas](#) do protesto, com o slogan “Nos vemos nas ruas” estampado na primeira página.

## Jornal diário SCMP comprado pela Alibaba

Em 2012, jornalistas que trabalhavam para o diário em língua inglesa *South China Morning Post* (SCMP) ficaram alarmados quando Wang Xiangwei, jornalista da China continental e membro da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, foi nomeado editor-chefe. A aquisição do meio de comunicação, três anos mais tarde, pelo conglomerado Alibaba Group Holdings, fundado pelo empresário chinês Jack Ma, à época muito próximo do Partido Comunista Chinês, não ajudou a dissipar os temores dos jornalistas.

## O chefe do Executivo exige “um pedido de desculpas”

Durante o mandato do terceiro chefe do Executivo, Leung Chun-ying, mais conhecido como C.Y. Leung, entre 2013 e 2017, houve uma acentuada deterioração nas relações entre as autoridades e a imprensa. Em seu primeiro ano no cargo, ele exigiu uma carta com um pedido de desculpas depois da publicação, no *Hong Kong Economic Journal*, de uma matéria sobre suas supostas ligações com grupos de crime organizado. Ele viria a proferir inúmeros [outros ataques verbais](#) à imprensa independente, incluindo o *Apple Daily*.

Em 2014, os jornalistas de Hong Kong foram, pela primeira vez, alvo de violência policial em grande escala quando a polícia dispersou o movimento pró-democracia Revolução dos Guarda-Chuvas, deixando mais de 2 mil feridos, incluindo cerca de 30 jornalistas. Os ataques físicos à imprensa, perpetrados pela polícia ou por gangues da máfia pró-Pequim, não iam parar. Dessa data em diante, C.Y. Leung e sua sucessora, Carrie Lam, também deram início a uma guerra aberta contra os meios de comunicação independentes, reduzindo constantemente sua influência e sua capacidade de cobrir movimentos de protesto no território.



Em 30 de junho de 1997, a ilha de Hong Kong foi devolvida à China pelo Reino Unido. Um quarto de século depois, a liberdade de imprensa no território diminuiu dramaticamente, confirmando os temores iniciais dos cidadãos.

© Paul Lakatos / AFP

## EM FOCO

### A rede de televisão e rádio pública RTHK atormentada pela censura

A rede de televisão e rádio pública RTHK, cuja independência editorial um dia foi motivo de orgulho para os residentes de Hong Kong, está agora enfrentando censura em grande escala sob o comando de seu novo diretor de programação.

Desde 1º de março de 2021, o dia em que Patrick Li [assumiu sua posição](#) como diretor de programação da Radio Television Hong Kong (RTHK), pelo menos 12 novas produções foram canceladas no último minuto e mais de 200 programas de arquivo foram removidos do canal do grupo audiovisual público no YouTube. Um episódio do programa político *LegCo Review*, que incluía filmagens de um evento em memória do Massacre da Praça da Paz Celestial, também foi removido dos arquivos da RTHK, por ter sido transmitido sem a “aprovação final” de Li.

O burocrata sem nenhuma experiência no campo da mídia, que se tornou um verdadeiro [comissário político](#) encarregado de fiscalizar a RTHK, montou um sistema completo de censura no grupo, um veículo de comunicação anteriormente reconhecido por suas investigações destemidas, incluindo as que diziam respeito a políticas públicas. Não satisfeito em cortar os programas que desaprova, ele também ameaçou reduzir à metade o salário de funcionários envolvidos na produção de conteúdo que considere inadequado.

Em setembro de 2021, o grupo audiovisual adotou novas diretrizes editoriais, pedindo aos jornalistas que “apoie o governo na salvaguarda da segurança e dos interesses nacionais”, se abstenham de “provocar ou agravar o ódio, a discriminação ou a hostilidade” contra o chefe do Executivo de Hong Kong e o governo chinês, e que evitem qualquer contato com “governos ou organizações políticas estrangeiros”. A RTHK também estabeleceu uma parceria com o grupo audiovisual estatal chinês China Media Group em agosto de 2021, com o objetivo de cultivar o “patriotismo” entre os espetadores.

A chegada de Patrick Li ao grupo levou pelo menos quatro membros antigos da equipe – os produtores-executivos **Fong Hiu-shan**, **Liu Wai-ling** e **Doris Wong**, e a premiada repórter **Yvonne Tong** – a pedirem demissão. A jornalista **Nabela Qoser**, conhecida por seus questionamentos implacáveis a autoridades do governo, também teve negada a renovação de seu contrato.

O veterano jornalista e comentarista político britânico **Stephen Vines**, que havia colaborado com programas da RTHK por mais de três décadas, deixou Hong Kong em agosto de 2021, em seguida à decisão do grupo de encerrar o *The Pulse*, talk show político em língua inglesa que ele apresentava: “Ninguém no seu juízo perfeito pode afirmar que Hong Kong é um lugar seguro para jornalistas.”



© RTHK / YouTube Screenshot



## Repórteres confrontados com a violência física

Em 12 de junho de 2019, em meio a protestos pró-democracia, a atmosfera na coletiva de imprensa diária da polícia de Hong Kong era particularmente tensa. Todos os jornalistas presentes usavam capacetes e “roupa de combate”, que são obrigados a vestir para se protegerem da [violência policial](#), que vem aumentando sistematicamente e é responsável por centenas de feridos entre os jornalistas. Esses abusos têm sido [amplamente documentados](#) pela Associação dos Jornalistas de Hong Kong (HKJA), mas a polícia sempre os nega.

Balas de borracha, canhões de água, gás lacrimogênio, cassetetes, algemas e insultos: essa era a rotina dos jornalistas que cobriam os protestos. No território que durante muito tempo havia sido um modelo de liberdade de imprensa no mundo, a polícia parece ter abandonado definitivamente sua relativa contenção, legado da era colonial britânica, para adotar o método de manutenção da ordem em voga no restante da China: bater na multidão, tanto nos manifestantes quanto nos jornalistas.

### Gás de pimenta pulverizado deliberadamente

Os jornalistas de Hong Kong, que antes davam preferência a roupas leves e confortáveis para circular pela cidade futurística de clima tropical, tiveram de se adaptar rapidamente. A nova e mais radical indumentária se assemelha mais a algo usado em um canteiro de obras do que a um traje elegante, e inclui sapatos de segurança, máscara à prova d'água, colete refletor e máscara antigás: proteções que se tornaram indispensáveis a seu trabalho, uma vez que o risco de lesões ou danos respiratórios se tornou significativo.

Em setembro de 2019, a jornalista **Veby Mega Indah**, que trabalhava para o veículo de comunicação em língua indonésia *Suara Hong Kong News*, perdeu permanentemente a visão do olho direito após ter sido atingida por uma [bala de borracha](#). Em novembro do mesmo ano, um jornalista do veículo de comunicação online *Mad Dog Daily* foi atingido com um canhão de água e sofreu danos cerebrais que exigiram uma cirurgia de emergência. Policiais também foram vistos pulverizando deliberadamente gás de pimenta na imprensa ou disparando projéteis em grupos de jornalistas devidamente identificados. Em maio de 2020, segundo relatos, um policial estrangulou uma fotojornalista do *Apple Daily* durante cerca de 20 segundos, mesmo depois de ela já estar imobilizada.



### Ataques da máfia

À violência cometida pela polícia, soma-se a das facções pró-Pequim, que não hesitam em recorrer às máfias locais para acertar as contas com a imprensa. Em março de 2014, no início do movimento pró-democrático “Revolução dos Guarda-Chuvas”, o jornalista **Kevin Lau**, na época editor-chefe do diário *Ming Pao*, foi gravemente ferido com um machado. Os agressores foram julgados e condenados, mas não os instigadores. Diversos ataques criminosos também tiveram como alvo as mídias pró-democracia, incluindo o *Apple Daily* e seu fundador, **Jimmy Lai**.

Em julho de 2019, a repórter **Gwyneth Ho Kwai-lam** foi ao mesmo tempo testemunha e vítima de uma agressão em grande escala, perpetrada por uma gangue mafiosa pró-Pequim contra manifestantes, jornalistas e transeuntes na estação de metrô Yuen Long. Enquanto transmitia o ataque ao vivo em vídeo, ela foi espancada pelos agressores, que a deixaram com um braço ensanguentado. Três outros jornalistas que trabalhavam para o *Apple Daily* e para o canal de notícias *Now News TV* também ficaram feridos no ataque.

Em maio de 2021, a repórter **Sarah Liang**, do jornal *Epoch Times*, foi golpeada repetidamente nas pernas com um taco de baseball, por dois homens, perto do prédio em que morava. O galpão do jornal já tinha sido [invadido](#) um mês antes por quatro indivíduos armados, que ameaçaram funcionários e danificaram a impressora principal. Dois anos antes, tinha sido alvo de um incêndio criminoso que, felizmente, não deixou vítimas.



*Balas de borracha, canhões de água, gás lacrimogênio: a nova rotina para os jornalistas que cobrem protestos em Hong Kong.*

© Isaac Lawrence / AFP

© Philip Fong / AFP

© Nasha Chan / Initium Media



© Anthony Wallace / AFP

## O duplo discurso de Carrie Lam

Em 2017, Carrie Lam foi eleita sem surpresas como chefe do Executivo de Hong Kong, por um colégio eleitoral majoritariamente favorável ao regime de Pequim, que apoiou sua candidatura. Essa funcionária pública um tanto apagada, cuja experiência se resume a 37 anos de serviço no mundo climatizado da administração de Hong Kong, sucedeu o altamente impopular C.Y. Leung, que se distinguiu por seus repetidos ataques aos meios de comunicação. Uma das primeiras decisões tomadas por Carrie Lam foi [abrir as coletivas de imprensa do governo](#) para os veículos de comunicação online independentes, uma medida que os jornalistas demandavam havia muito. Foi quase possível esperar uma recuperação da liberdade de imprensa.

Infelizmente, Carrie Lam não demorou a revelar sua verdadeira face: a de uma marionete do regime de Pequim, cujas políticas liberticidas ela nunca deixou de defender e implementar em nome do “patriotismo”, ao mesmo tempo que afirmava aos quatro ventos que o povo de Hong Kong não havia perdido nenhuma das suas liberdades. No início de 2019, ela tentou aprovar uma lei que teria permitido a [extradição de jornalistas](#), entre outros, para a China, desencadeando protestos sem precedentes em Hong Kong que a forçaram a abandonar o projeto. Durante essas manifestações, muitos jornalistas foram fisicamente agredidos por policiais, algo que Carrie Lam sempre se recusou a reconhecer.

### Linguagem enlatada

No dia 12 de agosto de 2019, em [resposta a uma carta da RSF](#) denunciando a violência e sugerindo maneiras de sair da crise, Carrie Lam afirmou reconhecer “a importância vital da circulação livre e sem entraves de informação, e de um ambiente midiático livre e aberto, para o sucesso de Hong Kong no passado, no presente e no futuro”. Contudo, ela deixa de tranquilizar quando afirma, contrariando todas as evidências, que a “polícia respeita a liberdade de imprensa e os direitos dos meios de comunicação de fazerem reportagens sobre acontecimentos e incidentes públicos” e que “jornalistas em Hong Kong não são acusados nem vão presos por escrever matérias, fazer reportagens televisivas ou tirar fotografias”.

Menos de um ano depois de professar a segurança dos jornalistas, em 30 de junho de 2020, Carrie Lam saudou publicamente a adoção, pela China, de uma lei de “segurança nacional” que permite ao governo chinês intervir diretamente no território, desafiando sua autoridade como chefe do Executivo, a fim de punir com a prisão perpétua aqueles que o regime considerar responsáveis por crimes contra o Estado, incluindo jornalistas.

### Justificar o Injustificável

Alguns meses mais tarde, Carrie Lam invocaria essa lei para orquestrar a perseguição judicial ao fundador do Apple Daily, **Jimmy Lai**, e à ex-deputada e ex-jornalista **Claudia Mo**, além de 12 outros jornalistas acusados de “crimes contra o Estado”. Essa lei foi também usada como pretexto para congelar os ativos financeiros do *Apple Daily*, forçando-o a fechar as portas no fim de junho de 2021. As críticas do governo ao *Apple Daily*, explicou ela com brandura, “não dizem respeito ao fato de ser um veículo de notícias nem ao fato de publicar informações”, mas ao fato de que o jornal estava “colocando em risco a segurança nacional” ao recusar a censura de Pequim e permitir que os movimentos de oposição se expressassem.

Os discursos de Carrie Lam, forçados a uma cisão permanente para justificar o injustificável, assumem tons surreais: “Não é um problema criticar o governo de Hong Kong, mas se há a intenção de organizar atividades para incitar a subversão do governo, então trata-se, é claro, de algo diferente [...] Nossos amigos da mídia devem ter a capacidade de distinguir entre uma coisa e outra.” No entanto, como a própria Lei de Segurança Nacional não define em lugar nenhum onde termina a crítica e começa a subversão, a única maneira de os jornalistas se protegerem de qualquer acusação parece ser... parar com todas as críticas.

### Um paciente desfazer

Aparentando não tocar em nada, Carrie Lam vem desfazendo pacientemente tudo que compunha a essência da liberdade de imprensa em Hong Kong. Em 2021, a fim de assumir o controle editorial do grupo audiovisual Radio Television Hong Kong (RTHK), ela nomeou um diretor de programação que [estabeleceu um sistema de censura](#) e que, como cortesia, a convidou para apresentar seu próprio talk show diário durante um mês.

Sua administração também retrocedeu nos credenciamentos de imprensa, reservados agora a meios de comunicação “internacionalmente reconhecidos” – o que, na ausência de uma definição clara, se revela puramente arbitrário e exclui efetivamente as mídias independentes, os jornalistas freelancers e a imprensa estudantil. Em setembro de 2021, jornalistas de dois veteranos veículos de comunicação online de Hong Kong, Stand News e Citizen News, tiveram negado o acesso às celebrações do Dia Nacional Chinês.



Detenções de jornalistas, linguagem “enlatada” e chantagem com vistos: Carrie Lam orquestrou uma bem-sucedida campanha para acabar com a liberdade de imprensa.

© RTHK / Screenshot

Por fim, Carrie Lam instituiu a prática, usada com frequência na China continental, da [chantagem do visto](#) contra jornalistas estrangeiros. Em 2018, ela expulsou o jornalista do *Financial Times* **Victor Mallet**, por moderar um almoço-debate para o Clube de Correspondentes Estrangeiros (FCCHK) durante o qual foi dada a palavra a um ativista pró-independência. Em 2020, ela também rejeitou os pedidos de visto do correspondente do *New York Times* **Chris Buckley**, que tinha acabado de ser expulso da China continental, e do jornalista **Aaron Mc Nicholas**, que ia se integrar à equipe do veículo de comunicação online *Hong Kong Free Press* (HKFP). Em novembro de 2021, o gabinete de Carrie Lam também recusou, sem fornecer explicação, a renovação do visto da jornalista do semanário britânico *The Economist* **Sue-Lin Wong**.

## EM FOCO

### Os veículos de comunicação independentes de Macau com os dias contados

**Macau, a outra região administrativa especial da China, é muitas vezes apresentada como a “filha exemplar”, em oposição à rebelde Hong Kong, mas a liberdade de imprensa no território, que já era limitada, continua a se deteriorar.**

Em 20 de outubro de 2021, o *Macau Concealers*, um site de notícias online que funcionava desde 1996 com a ambição de apresentar uma “visão diversificada” do território, anunciou que ia encerrar suas atividades naquele mesmo dia, em razão de “mudanças estruturais sem precedentes”, que incluíam o aumento da censura e da pressão sobre os meios de comunicação independentes.

Com a reintegração à China, em 1999, dois anos depois de Hong Kong, a ex-colônia portuguesa não teve outra escolha a não ser aceitar seu destino: com uma população de apenas 700 mil habitantes e uma economia baseada na indústria do jogo, Macau precisa manter boas relações com a China continental. Seus meios de comunicação, menores e mais frágeis do que os de Hong Kong, foram forçados a se alinhar gradativamente à narrativa do regime de Pequim, apesar de manterem um certo nível de independência em relação a temas locais considerados menos “sensíveis”. Embora em 2009 Macau tenha adotado uma lei de segurança nacional que pune crimes contra o Estado com penas de até 30 anos de prisão, até o momento ela nunca foi invocada.

Em 2019 e 2020, devido a sua forte dependência de financiamento público, a maioria dos meios de comunicação de Macau se absteve de cobrir os protestos pró-democracia em Hong Kong. Alguns veículos de comunicação em língua portuguesa e em língua inglesa, contudo, forneceram uma cobertura abrangente, o que levou a um aumento da pressão e a ameaças contra eles.

Em dezembro de 2019, antes da visita do presidente chinês Xi Jinping a Macau, jornalistas de pelo menos cinco veículos de comunicação de Hong Kong tiveram sua entrada no território recusada, sob a alegação de que poderiam “colocar em risco a segurança pública”. Repórteres da televisão pública portuguesa, a RTP (Rádio e Televisão de Portugal), foram interrogados pela polícia durante horas e tiveram seu equipamento de filmagem apreendido. Além disso, vários jornalistas locais relataram ter sido perseguidos e constrangidos, e alguns foram instruídos a “ter cuidado com seu discurso” durante a visita de Xi Jinping.

Quatorze jornalistas se demitiram depois que o comitê executivo do grupo audiovisual público TDM (Teledifusão de Macau) publicou, em abril de 2021, um [conjunto de diretrizes](#) que os obrigava a “não divulgar informação ou exprimir opiniões contrárias às políticas da China e ao governo de Macau” e a “promover o patriotismo”, sob pena de demissão.



© Macau Photo Agency



# 3

## QUANDO O ACESSO À INFORMAÇÃO SE TORNA UM CRIME

- Ao se munir de recursos tecnológicos sem precedentes, o Partido Comunista Chinês (PCC) deu início à construção de um modelo de sociedade no qual o acesso à informação deixou de ser um direito e se tornou um crime. Para resistir à censura, à propaganda e à vigilância em massa, e para preservar a liberdade de expressão, os usuários da internet na China estão redobrando seus esforços e sua criatividade.
- Sob o pretexto de combater a influência das “forças hostis” ocidentais, a China está exportando seu conceito de jornalismo desonesto a serviço do Estado e trabalhando para disseminar sua propaganda em todo o mundo por meios cada vez mais insidiosos. Diante dessa ameaça, os governos e a sociedade civil das democracias não podem mais esperar para reagir.



# A obsessão por manter a opinião pública sob controle

## Covid-19: Uma explosão de liberdade rapidamente reprimida

No início de fevereiro de 2020, os pedidos por mais liberdade de expressão na China inundaram a internet depois da morte do dr. **Li Wenliang**, oftalmologista no Hospital Central de Wuhan e o [primeiro a lançar o alerta](#) sobre a epidemia de Covid-19. Alguns dias antes de morrer em decorrência da doença, ele havia sido obrigado pela polícia a assinar uma declaração na qual reconhecia ter “*espalhado rumores falsos*”, antes de fazerem dele um herói... postumamente.

Em apenas alguns dias, a hashtag #WomenYaoYanlunZiyou (“*Queremos liberdade de expressão*”) foi usada mais de 2 milhões de vezes na rede social chinesa Sina Weibo como um tributo ao médico falecido e para denunciar a má gestão da crise pelas autoridades, um movimento de escala relativamente sem precedentes em um país onde o controle de conteúdo nas redes sociais se intensificou significativamente nos últimos anos. Muitas dessas mensagens foram, desde então, apagadas, sob pressão dos serviços de censura.



Depois da morte do médico Li Wenliang, o primeiro a denunciar a epidemia, alguns cidadãos foram espontaneamente fazer investigações em Wuhan.

© Mark Ralston / AFP

A exasperação e a suspeita dos cidadãos chineses sobre a falta de transparência do regime, assim como a falta de informação nos meios de comunicação oficiais levaram algumas pessoas a documentar jornalisticamente a pandemia que estava saindo do controle. Entre eles, **Chen Qiushi**, um advogado da província de Heilongjiang, no nordeste da China, que, de 23 de janeiro de 2020 em diante, passou grande parte de seu tempo nos hospitais de Wuhan, relatando o caos e entrevistando as famílias das vítimas.

**Fang Bin**, um comerciante de tecidos que vivia em Wuhan, também sentiu a necessidade de informar seus concidadãos sobre a real situação da epidemia de Covid-19 e, em 25 de janeiro de 2020, publicou seu primeiro relato em vídeo, no qual documentava a superlotação nos hospitais. Os dois jornalistas não profissionais foram [dados como desaparecidos](#), provavelmente detidos pela polícia, no início de fevereiro de 2020. Chen Qiushi reapareceu nas redes sociais em 30 de setembro de 2021, sem mencionar o que aconteceu com ele nesse meio-tempo. Contudo, continua a não haver notícias sobre o paradeiro de Fang Bin.

### Minimização da epidemia

O apetite dos cidadãos por informação independente e confiável contrasta com o apelo do presidente Xi Jinping, em 20 de janeiro de 2020, para “*reforçar a gestão da opinião pública*” a fim de lidar com a epidemia. Enquanto se acumulavam as investigações de publicações mais liberais, tais como *Caixin* e *Caijing*, sobre a falta de preparação e as manobras das autoridades para esconder a gravidade da crise, o partido enviou cerca de 300 “*jornalistas*” – na realidade, propagandistas – a Wuhan para apresentar a luta contra a epidemia de um ângulo “*positivo*”.

As autoridades chinesas também intervieram rapidamente para conter o fluxo de informação e a livre expressão na internet. Uma [reportagem](#) conjunta do *New York Times* e do *ProPublica*, publicada em dezembro de 2020 e baseada em 3.200 diretivas e 1.800 memorandos da Administração do Ciberespaço da China (CAC) de janeiro a maio de 2020, revelou as [estratégias](#) empregadas para moldar a opinião pública online. A minimização do impacto da doença nos sites de notícias, evitando o uso de termos como “*incurável*”, o bloqueio de palavras-chave e notificações relacionadas com a crise e a mobilização de comentaristas online fizeram parte do arsenal usado por Pequim.

### Repressão de vozes críticas

Logo após a morte do dr. Li, a CAC enviou a seguinte diretriz para suas agências locais: “*Devemos reconhecer com clareza o efeito borboleta, o efeito das janelas quebradas e o efeito bola de neve desencadeados por esse acontecimento [a morte de Li Wenliang], bem como o desafio sem precedentes que representou para nossa gestão de opinião e nosso trabalho de monitoramento online. Todos os escritórios de Administração do Ciberespaço devem prestar atenção redobrada às opiniões online e controlar com firmeza qualquer coisa que prejudique seriamente a credibilidade do partido e do governo e ataque o sistema político.*”

A repressão de vozes críticas acompanhou esse projeto de censura. A ONG Chinese Human Rights Defenders (CHRD) documentou 897 casos envolvendo [internautas chineses penalizados](#) entre 1o de janeiro e 26 de março de 2020 por comentários online relacionados com o surto de Covid-19 na China. Pelo menos 10 jornalistas e comentaristas online foram detidos em 2020 por cobrirem a crise, incluindo a jornalista **Zhang Zhan**.



© Chen Qiushi / Captura de tela do YouTube

## EM FOCO



© Zhang Zhan / Captura de tela do YouTube

### Quatro anos de prisão por fazer reportagem em Wuhan

**Condenada a quatro anos de prisão por cobrir, no YouTube, a epidemia de Covid-19 desde o seu início, na cidade de Wuhan, a jornalista e ganhadora do Prêmio Liberdade de Imprensa da RSF em 2021 Zhang Zhan reafirma sua inocência com uma greve de fome parcial que pode custar sua vida.**

Após um julgamento que durou apenas três horas, **Zhang Zhan**, de 38 anos, laureada com o Prêmio Liberdade de Imprensa da RSF em 2021, foi condenada por um tribunal de Xangai, em 28 de dezembro de 2020, a quatro anos de prisão por ter *“incitado discussões e provocado tumulto”*. Em fevereiro de 2020, ela estava entre os corajosos jornalistas que, apesar do risco de contágio, viajaram para a cidade de Wuhan para cobrir o início da epidemia de Covid-19. Zhang Zhan publicou mais de 100 vídeos em seu [canal no YouTube](#), no WeChat e no Twitter, antes de ser dada como desaparecida, em 14 de maio de 2020, em Wuhan. No dia seguinte, as autoridades anunciaram que ela estava presa em Xangai.

Na audiência, o promotor a acusou de *“publicar grandes quantidades de informação falsa”*, mas não apresentou nenhuma prova factual que comprovasse essa acusação. A jornalista, que sempre se recusou a se declarar culpada, renunciou ao recurso: de acordo com um de seus advogados, os agentes do centro de detenção a convenceram de que o único resultado que poderia esperar de um recurso seria ter sua pena aumentada.

Para protestar contra essa negação de justiça, Zhang deu início a uma greve de fome parcial que a levou a ser alimentada à força por meio de uma sonda nasal. Seu estado de saúde se deteriorou consideravelmente: no fim de outubro de 2021, a jornalista, que tem 1,77 m de altura, [pesava apenas 40 kg](#) e não conseguia mais se mover, nem mesmo levantar a cabeça sem ajuda. Em agosto de 2021, já tinha passado 11 dias hospitalizada.



A censura e a vigilância alcançaram um nível inédito na China. © Aly Song / Reuters

## A internet chinesa sob vigilância

Em 2 de novembro de 2021, na rede social chinesa Sina Weibo, a campeã internacional de tênis **Peng Shuai** acusou o antigo membro da Comissão Permanente do Escritório Político do Partido e antigo vice-primeiro-ministro Zhang Gaoli de estupro. Em menos de 30 minutos, sua publicação e todos os comentários públicos associados a ela foram apagados, e a conta da atleta foi removida do motor de busca. Os censores tentaram, por todos os meios, abafar um escândalo que corre o risco de respingar nos altos escalões do poder. A própria Peng Shuai, ao que parece, mais tarde foi colocada sob prisão domiciliar.

Dois meses antes, o aplicativo de mensagens WeChat havia censurado um artigo da revista investigativa *Caixin* que detalhava as práticas financeiras questionáveis da gigante imobiliária chinesa Evergrande, cujas dificuldades em pagar uma dívida colossal estavam começando a abalar a economia chinesa. No início de 2021, o aplicativo de mensagens criptografadas Signal e o aplicativo de áudio Clubhouse, que permitiram brevemente que usuários da internet criassem grupos de discussão sobre tópicos proibidos, também foram banidos da internet chinesa.

### Palavras-chave proibidas

Na China, é quase impossível fazer uma pesquisa no Google ou usar um sistema de mensageria estrangeiro como o WhatsApp – ao menos sem recorrer a redes privadas virtuais (VPNs) que permitem que o usuário se conecte a partir de outro país. O “Grande Firewall”, dispositivo técnico desenvolvido pelo regime para isolar a internet chinesa do restante do mundo, e em constante aprimoramento, não só permite bloquear os endereços de IP de um grande número de sites, mas também censura conteúdo que contenha palavras-chave proibidas. A GreatFire, ONG que luta contra a censura na China, estima que [160 dos 1.000](#) sites mais visitados no mundo não podem ser acessados no país.

Durante a década de 2000, contudo, um vento de liberdade soprou pela internet chinesa, àquela altura em rápido desenvolvimento, permitindo que os usuários da internet expressassem suas opiniões com relativa liberdade, incluindo a sua insatisfação com a classe política. A partir de 2010, o regime chinês tomou ciência do perigo que isso representava ao seu domínio e reforçou o controle. Em 2014, o regime estabeleceu um grupo de cães de guarda da internet, que daria origem, em 2018, à Comissão Central de Assuntos do Ciberespaço, presidida pelo próprio Xi Jinping. Seu braço executivo, a Administração do Ciberespaço da China, lança mão de uma ampla gama de medidas para controlar as atividades online de 1 bilhão de usuários de internet na China.

### Campanhas de “limpeza”

De acordo com a ONG norte-americana Freedom House, nada menos do que 11 mil sites chineses e 737 mil contas em redes sociais e grupos de discussão foram encerrados só no ano de 2019. Atualmente, só determinadas contas oficiais e sites de notícias licenciados pelo governo têm permissão para divulgar informação, especialmente sobre política, economia, assuntos militares e de relações exteriores. Em fevereiro de 2021, até mesmo os blogueiros foram orientados a manter distância de assuntos sociais considerados “sensíveis”.

A censura se adapta ao contexto do momento, dando origem a “campanhas de limpeza” temáticas, como a apresentada no projeto [WeChatSCOPE](#), liderado pelo Centro de Estudos de Jornalismo e Meios de Comunicação da Universidade de Hong Kong. Em junho de 2021, o motor de busca Baidu e a rede social Sina Weibo bloquearam os resultados de busca de três grandes plataformas de troca de criptomoedas depois que o governo chinês anunciou a proibição do bitcoin. No mês seguinte, o aplicativo de mensageria WeChat eliminou dezenas de contas LGBTQ+ administradas por estudantes em toda a China, sob a alegação de que estavam quebrando regras de informação na internet.

## Pelo menos 2 milhões de censores

O número de pessoas que trabalham para o aparato de censura da internet na China permanece desconhecido, mas, em 2013, uma fonte oficial relatou [2 milhões de funcionários](#), e o número sem dúvida aumentou significativamente desde então. Em agosto de 2021, foi revelado que os censores da plataforma Weibo tinham que cumprir uma quota mínima de 500 relatórios de censura por mês, dos quais 90% tinham de ser fundamentados, sob pena de perderem o emprego.

As empresas estrangeiras também são forçadas a se submeter as regras de censura para manter um pé no mercado chinês. Em agosto de 2020, 3.487 aplicativos disponíveis internacionalmente [não constavam](#) da App Store chinesa da Apple, incluindo 148 sites de notícias sobre a China. Em outubro de 2021, o site LinkedIn, subsidiário do grupo Microsoft e uma das últimas grandes redes sociais que ainda podiam ser acessadas no país, anunciou o encerramento do serviço chinês devido à crescente censura. Um mês depois, o portal americano Yahoo! também anunciou que ia deixar a China, uma retirada simbólica, já que muitos dos seus serviços já tinham sido bloqueados pela censura digital do regime.

## “O Partido está observando você”

O monitoramento de conversas online também atingiu um nível assustador. Desde 2014, a regulamentação exige que os usuários se registrem com o nome verdadeiro para usar aplicativos de mensagens e serviços de informações online. O conteúdo das conversas, não criptografado, e as publicações nas redes sociais podem ser acessados diretamente pelas autoridades, e todo o conteúdo pode ser usado como prova em processos penais.

Em 2019, o correspondente da BBC na China, **Stephen McDonell**, teve a sua conta no WeChat desativada sem aviso prévio depois de publicar fotografias de uma vigília em Hong Kong em no 30º aniversário do Massacre da Praça da Paz Celestial. Para recuperar acesso à conta, o jornalista foi forçado a deixar que o aplicativo escaneasse seu rosto e gravasse sua voz. Em 14 de setembro de 2021, o *Financial Times* também revelou que as autoridades chinesas tinham desenvolvido um aplicativo antifraude para celulares, em teoria concebido para proteger os usuários de golpes online, e estavam fazendo uso dele para identificar os internautas que tinham visitado sites “altamente perigosos”... tais como a agência de notícias econômicas Bloomberg.

## Batalhões de trolls

Os serviços de propaganda do Partido Comunista também estenderam seus tentáculos sobre as redes sociais. O regime mantém o “Exército de 50 centavos”, um [batalhão de propagandistas](#) que recebem 50 centavos de yuan (7 centavos de euro) por mensagem, com a missão de promover a narrativa oficial fingindo serem cidadãos comuns. Em 2017, um [estudo](#) publicado na *American Political Science Review* estimou que esses servos do regime criam 448 milhões de publicações nas redes sociais por ano.

Com a ascensão do nacionalismo chinês, um batalhão de voluntários pró-regime também floresceu nas redes sociais chinesas e estrangeiras. Apelidados de “pequenos rosas”, porque se acredita que a maioria deles sejam mulheres jovens, esses internautas beligerantes defendem o regime com unhas e dentes contra as críticas. Em outubro de 2021, [a canção “Fragile”](#), interpretada pelo cantor malaio **Namewee** e pela cantora australiana **Kimberly Chen**, que satiriza a sensibilidade exacerbada desses trolls, tornou-se o vídeo mais visto no YouTube em Taiwan e Hong Kong depois ter sido banido na China.



A canção “Fragile”, que satiriza delicadamente os trolls nacionalistas chineses, viralizou em Taiwan e Hong Kong depois de ter sido banido na China.

© Namewee / YouTube Screenshot

## EM FOCO



© Martin Bureau / AFP

## Tecnologia de ponta projetada para a repressão

**Pequim está aproveitando os avanços tecnológicos mais recentes para aumentar o controle sobre a informação e monitorar a circulação de opiniões, esboçando o projeto distópico de uma sociedade na qual nenhuma conversa está fora do alcance dos olhos atentos do Partido.**

Em abril de 2021, pesquisadores chineses da Universidade Shenyang Ligong e a Academia Chinesa de Ciências anunciaram orgulhosamente que haviam desenvolvido um sistema de censura de texto baseado em inteligência artificial capaz de aprender por conta própria e se adaptar às mudanças na linguagem dos internautas. Sob o pretexto de combater o crime, o regime desenvolveu tecnologias cada vez mais invasivas nos últimos anos, como, por exemplo, o programa de vigilância em massa *Sharp Eyes*, lançado em 2015 e que tem como objetivo equipar todo o território chinês com câmaras de reconhecimento facial, substituindo o programa de vigilância por vídeo *Sky Net*.

Ao eliminar a concorrência internacional, as políticas protecionistas do regime permitiram o surgimento de pioneiros nacionais na área da tecnologia da informação, tais como o motor de buscas Baidu, o gigante de e-commerce Alibaba e as gigantes da internet e das telecomunicações Tencent, Huawei e ZTE. Em contrapartida, essas empresas são forçadas a auxiliar o regime em seus programas de censura, propaganda e vigilância.

A região autônoma de Xinjiang, cenário de uma violenta repressão, tem sido usada pelo regime como campo de teste para o desenvolvimento do reconhecimento facial em parceria com as startups chinesas Hikvision, SenseTime, CloudWalk e iFlytek. Seus residentes também são forçados a instalar aplicativos-espões, que rastreiam as atividades telefônicas em busca de comportamentos “divergentes”, incluindo possuir textos islâmicos, escrever ou receber versos do Corão em conversas online e fazer doações para mesquitas.

Usando essas tecnologias, o regime chinês espera, em um futuro próximo, estabelecer uma "polícia inteligente", que será capaz de prever atividades criminais, e um sistema de "crédito social", que vai modular os direitos dos cidadãos de acordo com seu comportamento. Considerando que, em 2017, o jornalista investigativo Liu Hu foi colocado na lista negra de um sistema de crédito social experimental devido a [detenções e condenações passadas](#) relacionadas a seu trabalho como jornalista, só nos resta tremer diante de um projeto de sociedade que evoca o universo distópico do filme de ficção científica *Minority Report* e da série de televisão *Black Mirror*.

Isso é ainda mais preocupante porque as tecnologias de vigilância chinesas estão sendo exportadas. Em agosto de 2021, o site Top10VPN [revelou](#) que 17 dos 68 governos que administravam sua internet em colaboração com a Huawei estavam usando suas tecnologias para bloquear o acesso a determinados sites de notícias. Na mesma época, o Centro de Cibersegurança Nacional da Lituânia pediu à população que [se livrasse](#) dos smartphones das marcas chinesas Huawei, Xiaomi e OnePlus, que continham um software capaz de censurar mais de 1.300 palavras-chave banidas na China.



Esse meme que circula nas redes sociais ilustra quanta confiança pode ser depositada em produtos chineses de alta tecnologia no que diz respeito à privacidade.

© Facebook

## Mil e uma maneiras de resistir

Na semana de 8 de fevereiro de 2021, um grupo de discussão chamado "O fã-clube de Hu Xijin" viralizou no aplicativo de salas de bate-papo com áudio Clubhouse. O grupo tinha como objetivo zombar do editor-chefe do veículo de comunicação estatal ultranacionalista *Global Times*, que, diante do pacote de estímulos econômicos anunciado pelo presidente norte-americano Joe Biden em 14 de janeiro de 2021, declarou: "Se nosso país distribui dinheiro para todos, isso significa que não envia dinheiro nenhum." Um internauta brincou: "Se existem muros por toda parte, isso significa que não há muro em lugar nenhum", em uma alusão ao sistema de censura da internet da China e ao muro anti-imigração idealizado pelo antecessor de Biden, Donald Trump.

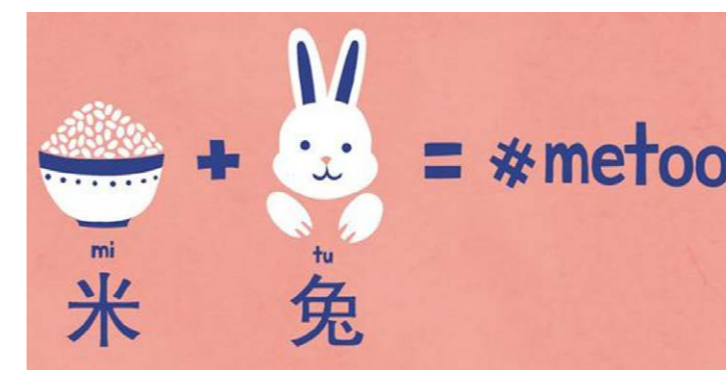
O público chinês, permanentemente confrontado com a retórica higienizada do Partido Comunista, não se deixa enganar e procura constantemente por novas soluções para se informar de maneira mais confiável e para compartilhar informações sem ser censurado. "Os chineses obviamente desconfiam do que as autoridades lhes dizem, mesmo que a notícia seja amplamente divulgada e esteja em todos os canais de mídia. Eles desconfiam das autoridades até quando elas informam sobre algo que é verdadeiro", testemunham os fundadores da ONG GreatFire.

### "Caranguejo de rio" e "hidrômetro"

Assim que os censores bloqueiam uma palavra-chave relacionada com um tópico controverso, os usuários da internet usam a imaginação para criar palavras novas. Uma maneira relativamente comum de fazer isso é substituir uma palavra banida por um homófono, uma palavra que se pronuncia da mesma maneira mas é escrita com caracteres diferentes. Em janeiro de 2018, o termo "coelho arroz" (*mǐ-tù*, em chinês) apareceu na rede social Weibo, já que sua pronúncia era exatamente igual à da hashtag #MeToo, que as autoridades haviam censurado temporariamente. O termo "caranguejo de rio" (*héxiè*, em chinês), um homófono da palavra "harmonizado", em referência ao projeto de uma sociedade harmoniosa lançado pelo ex-presidente Hu Jintao, descreve na linguagem da internet o fato de ser censurado.

Outras alternativas incluem o uso de [iniciais](#) de palavras na transcrição em caracteres latinos, tais como "ZF" para governo (*zhèngfǔ*, em chinês), ou expressões alusivas, tais como "chegar o hidrômetro" para dizer "receber uma visita da polícia", em referência ao presumido hábito dos policiais chineses de se disfarçarem de funcionários da companhia de águas para circularem incógnitos pelos imóveis.

No início de 2020, enquanto a epidemia Covid-19 estava se intensificando na China, apesar da censura e da vigilância, os internautas demonstraram engenhosidade para prestar tributo ao médico **Li Wenliang**, que morreu da doença, e denunciar a atitude do Partido. Algumas pessoas postaram selfies usando máscaras com os dizeres "Não posso" e "Não compreendo" escritos nelas, em referência às respostas do dr. Li quando a polícia para que parasse de "espalhar rumores falsos" e perguntou se ele compreendia o pedido que estavam fazendo. Um artigo da revista *Ren Wu*, publicação-irmã do *People's Daily*, que denunciou a censura imposta aos médicos e foi recolhida das bancas, foi recuperada usando capturas de tela e traduções para inglês, código morse, braille e até mesmo emojis.



PIE DE FOTO: Para eludir la censura, el pueblo chino usa homónimos en chino, como la palabra "arroz-conejo", que se pronuncia exactamente igual que la etiqueta #MeToo

© Marcella Cheng / The Conversation

## Fonte aberta e blockchain

A plataforma Github, o maior site de fonte aberta que permite que engenheiros e desenvolvedores de todo o mundo colaborem em projetos de código e software, também se tornou um santuário para conteúdo censurado. Em 2019, funcionários de empresas de tecnologia chinesas reuniram nela milhares de testemunhos não censurados como parte do projeto [996.ICU](#), cujo objetivo era denunciar condições de trabalho abusivas em seu setor profissional. É difícil para o governo bloquear o acesso a essa plataforma, que é essencial para o setor de desenvolvimento de novas tecnologias.

Os internautas chineses também recorreram à tecnologia de [blockchain](#), na qual os dados são compartilhados por um grande número de computadores e não podem ser apagados. Em abril de 2018, uma carta da ativista **Xue Yin** na qual ela detalhava como a Universidade de Pequim havia tentado encobrir casos de abuso sexual foi publicada anonimamente na plataforma de [blockchain Ethereum](#). Em julho do mesmo ano, a tecnologia foi usada para preservar uma investigação que expunha a ineficácia de uma vacina dada a crianças.

## Jogo de gato e rato

Em nome da competitividade econômica, as autoridades têm tolerado, até agora, que empresas chinesas façam uso de Redes Privadas Virtuais (VPNs), que permitem burlar o “Grande Firewall” e se conectar a sites censurados na China. Contudo, o governo central está gradualmente restringindo o acesso a essas ferramentas, notadamente como parte de uma [campanha](#) iniciada em 2017 para “limpar” a internet: provedores populares, tais como GreenVPN e Haibei VPN, tiveram de encerrar suas atividades, e a Apple [removeu](#) todos os aplicativos de VPN da sua App Store chinesa.

Provedores do serviço de VPN estrangeiros, impedidos de divulgar seu produto e cobrar por seus serviços na China, estão efetivamente fora da competição. Quanto às VPNs chinesas, é altamente provável que [compartilhem dados](#) as autoridades. Várias pessoas já foram condenadas – incluindo uma pessoa condenada a cinco anos e meio de prisão e ao pagamento de uma multa no valor de 500 mil yuan chineses (cerca de 80 mil dólares americanos) – por vender ou usar VPNs, sob a acusação de terem “*acessado a internet internacional por meio de canais ilegais*”. Em 2019, a Administração do Ciberespaço da China também publicou uma [regulamentação](#) que proíbe o anonimato nas plataformas de blockchain. As autoridades chinesas também estão tentando desenvolver uma alternativa ao Github, o que vai facilitar a implementação de suas medidas de censura.

Esse jogo de gato e rato obriga perpetuamente os usuários da internet a usar a imaginação para encontrar novas soluções. Embora essa criatividade seja louvável, temos de nos perguntar, como a ONG Anistia Internacional fez em um [artigo](#) publicado em março de 2020, se “*essa sabedoria e essa imaginação não poderiam ser mais bem empregadas em algo mais produtivo do que travar uma batalha constante para se fazer ouvir*”.

## ENTREVISTA

### “A censura na China em breve vai usar aprendizagem de máquina”

**A ONG GreatFire desenvolve soluções contra a censura na China e ganhou em 2013 o prêmio ativismo online do canal de televisão pública alemão Deutsche Welle. Seus fundadores, que desejam permanecer anônimos, concordaram em responder a perguntas da RSF.**

#### *Como começou a GreatFire e como a organização evoluiu?*

Criamos a GreatFire em 2011 com o objetivo de pôr em evidência a censura online na China. Nosso primeiro projeto, o *Analyzer* [mais tarde renomeado *Blocky*], fornece uma lista de sites estrangeiros bloqueados na China. Mas como as plataformas chinesas estão ainda mais sujeitas à censura, decidimos lançar uma versão não censurada da plataforma de microblogues Weibo, chamada FreeWeibo. Repetimos o projeto com o aplicativo de mensagens WeChat, quando ele começou a superar a Weibo em termos de popularidade. Desenvolvemos em seguida o site *AppleCensorship.com*, que monitora como a Apple censura suas próprias App Stores sob pressão das autoridades chinesas. No total, temos atualmente nove projetos ativos, que, de certa maneira, refletem a evolução do aparelho de censura na China e lutam contra ele.

#### *Que obstáculos enfrentaram ao longo dessa jornada?*

Os meios de comunicação oficiais do Partido Comunista Chinês rapidamente nos acusaram de ser “anti-China”, quando estamos apenas lutando pelo direito constitucional dos cidadãos chineses de serem capazes de se expressar livremente. As autoridades chinesas não deixaram barato, e em 2015 lançaram um ciberataque massivo contra nós, do qual, felizmente, conseguimos nos recuperar. Nosso maior obstáculo, no entanto, é a dificuldade de tornar nossas ferramentas conhecidas para o público chinês. Divulgamos informações em grandes sites estrangeiros que não estão bloqueados na China e também contamos com o “boca a boca”, mas isso está longe de ser suficiente.

#### *Quais são os desafios futuros e como estão se preparando para eles?*

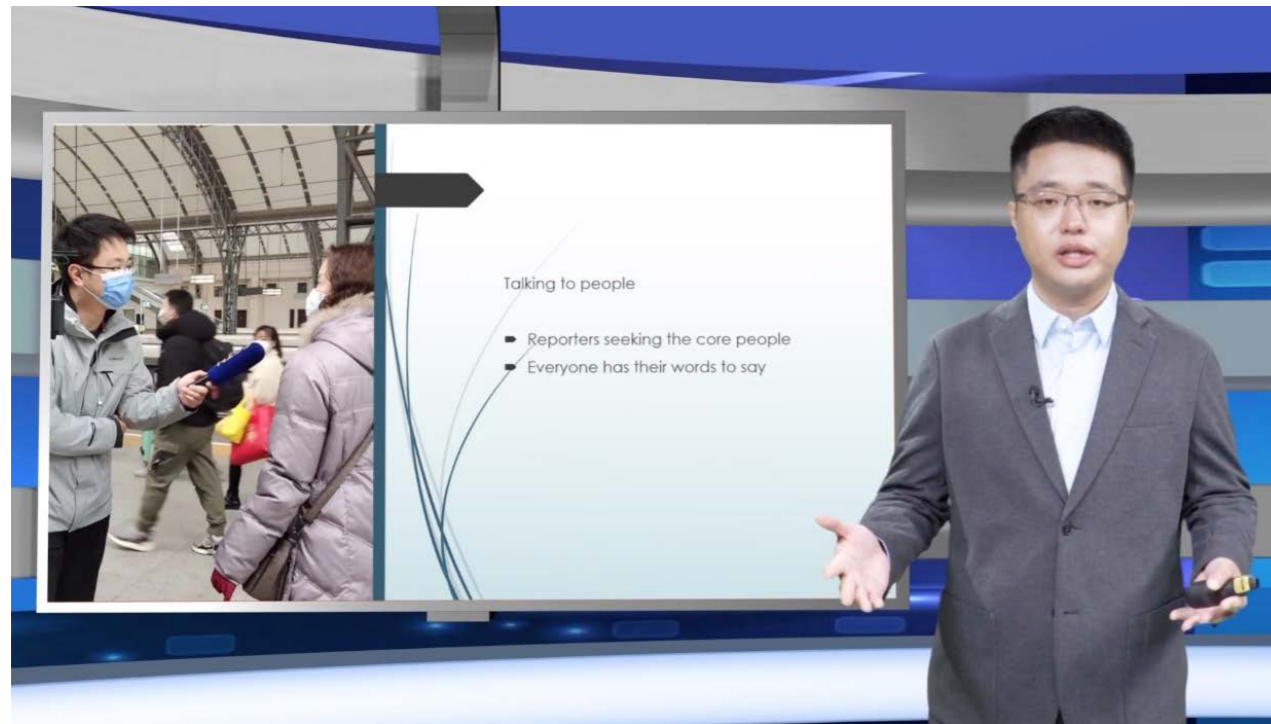
A situação tende apenas a piorar, porque, além da censura tradicional, as autoridades chinesas em breve vão começar a usar a aprendizagem de máquina para tornar as restrições melhores e mais rápidas. Além disso, empresas como a Apple dão um mau exemplo ao não apenas censurar informação na China, mas também ao redor do mundo, a pedido das autoridades chinesas. Se outras empresas seguirem o exemplo da Apple, vai ser cada vez mais difícil para o público acessar as informações que o governo chinês deseja censurar. Para enfrentar esse desafio, estamos constantemente tentando melhorar nossas ferramentas tecnológicas, e também tentamos convencer os clientes, funcionários e acionistas dessas empresas multinacionais a pressioná-las para que rejeitem os pedidos de censura feitos pelos Estados, incluindo, é claro, a China.



**GREATFIRE**.ORG

© GreatFire.org

# Um projeto de sociedade que proíbe o jornalismo



Um jornalista da CGTN explica como cobrir "a real situação em Wuhan" – por exemplo, entrevistando um residente que diga que a China tem a sua "própria concepção de direitos humanos" para combater as críticas dos estrangeiros.

© Capture d'écran BRNA / CCTV

## A exportação bem-sucedida do modelo midiático chinês

Em abril de 2019, a China estabeleceu a Belt and Road News Network (BRNN), uma rede que reúne veículos de comunicação de todas as regiões do mundo sob a presidência do *People's Daily* e que tem como objetivo oficial "trocar informações" sobre as "novas rotas da seda" (Belt and Road Initiative, em inglês), um projeto faraônico lançado pela China em 2013 que prevê a construção de infraestrutura de transportes ligando o país ao Oriente Médio, à Europa e à África Oriental, e que afeta 139 países (quase dois terços da população mundial).

A BRNN não é a primeira rede desse tipo. Em 2016, a China International Television Corporation (CITVC) já havia dado início à Belt and Road Media Community, uma aliança de meios de comunicação de cinema e televisão composta por 133 organizações. A Belt and Road News Alliance (BRNA), lançada no ano seguinte sob a liderança da rede de televisão nacional China Central Television (CCTV), reúne, por sua vez, 74 instituições de mídia de 42 países e regiões – a maioria delas da área de transmissão de notícias televisionada.

### Impondo seus "tópicos de discussão"

Por meio dessas organizações, o regime de Pequim tenta envolver veículos de comunicação de todo o mundo na promoção internacional do projeto. Como parte dos projetos de transmissão conjunta e coprodução internacional no âmbito da Belt and Road Media Community, programas de televisão como *The Silk Road Reborn*, *A Bite of China* e *China Mega Projects* foram transmitidos em mais de 30 idiomas por 80 instituições de mais de 20 países.

Em dezembro de 2017, o Serviço de Informação Econômica da China (CEIS), subsidiário da agência de notícias estatal New China (Xinhua), assinou um acordo com cerca de 20 *think tanks* e veículos de mídia na Europa para divulgar parte de seu conteúdo relacionado com as "novas rotas da seda" em um feed de notícias econômicas especializadas destinado a investidores. Os participantes incluíram Deutsche Presse-Agentur (Alemanha), Class Editori (Itália), *Le Soir* (Bélgica), *Metro* (Reino Unido), the Financial World (Espanha), Open Communication (Espanha), Tanjug News Agency (Sérvia) e Athens News Agency (Grécia).

As duas redes de veículos de comunicação, BRNA e BRNN, também organizam sessões de formação que permitem ao Partido transmitir sua propaganda e aos meios de comunicação do Estado divulgar seus métodos de trabalho. De acordo com comunicados da BRNN, os participantes ficaram "maravilhados" com a indústria tecnológica da China e elogiaram os "eficientes esforços" do governo chinês no combate à pandemia de Covid-19.

Um programa de treinamento especial, batizado de Programa de Bolsa de Estudos Dongfang, também foi criado para instruir esses jornalistas sobre tópicos de discussão específicos do projeto – em outras palavras, o programa aconselha os jornalistas dos países envolvidos a alinhar seu discurso com o da propaganda chinesa. O estágio na China, com duração de 26 dias, é patrocinado pelo estatal *China Daily*, por duas universidades chinesas e pela companhia aérea China Eastern.

### Uma ofensiva charmosa

Para além da Nova Rota da Seda, Pequim não mede esforços para agradar jornalistas de países emergentes, com o objetivo de ser compreendida e, se possível, admirada por influenciadores de todas as partes do mundo. As visitas de jornalistas estrangeiros também beneficiam Pequim de outra forma: suas reportagens conferem credibilidade às mídias estatais chinesas e dão ao cidadão comum a impressão de que o mundo inteiro aprova as políticas do Partido Comunista.

Esses programas de intercâmbio são coordenados pelos centros de imprensa para cada região geográfica e administrados em conjunto pelo Ministério das Relações Exteriores e pela Associação de Diplomacia Pública da China. O programa mais popular, sem dúvida, é aquele no qual jornalistas do subcontinente indiano, do Sudeste Asiático e da África são convidados para uma visita de dez meses, com tudo pago, com cujo objetivo não disfarçado é gerar cobertura de imprensa favorável.

Convidar jornalistas a visitar o país não é necessariamente uma prática questionável. Muitos governos fazem isso em uma tentativa de melhorar sua imagem. Mas, no caso da China, os jornalistas são escolhidos não por seus editores, mas sim pela embaixada chinesa, com a aprovação do Partido. Além disso, há uma contrapartida. As condições são claras: eles devem prometer "retratar a China de maneira adequada" e até mesmo apresentar seu regime autoritário como uma democracia e um mediador da paz internacional.

Os convidados também não estão autorizados a circular livremente durante sua estadia. Em 10 de janeiro de 2019, a delegação de jornalistas da Turquia, do Egito, do Afeganistão, do Paquistão e de Bangladesh – todos países de maioria muçulmana – que iniciou uma visita à região autônoma ocidental de Xinjiang não teve a oportunidade de verificar livremente se 1 milhão de uigures muçulmanos estavam sendo mantidos em campos de reeducação em Xinjiang. Em vez disso, as autoridades os levaram para visitar... uma exposição dedicada à "luta contra o terrorismo".



A Cúpula de Mídia anual dos BRICS, uma oportunidade para a China de denunciar a hegemonia dos meios de comunicação ocidentais e reivindicar um "reequilíbrio".

© Greg Baker / AFP

## Eventos midiáticos "Fabricados na China"

Além das sessões de formação de jornalistas estrangeiros, a China também procura promover sua visão repressiva dos meios de comunicação organizando seus próprios eventos internacionais. Em 2009, as autoridades chinesas criaram a Cúpula Mundial das Mídias, que – como o nome não revela – foi inteiramente concebida, organizada e financiada pela agência de notícias estatal chinesa Xinhua. A primeira edição, que aconteceu em Pequim, contou com parceiros internacionais de prestígio: BBC e Thomson Reuters (Reino Unido), Itar-Tass (Rússia), Kyodo News (Japão), News Corp, Associated Press, Turner e Google News Corp (Estados Unidos).

A segunda cúpula, intitulada "Enfrentando os Desafios do Século XXI" e realizada em Moscou em 2012, contou com a participação de 213 organizações de mídia de 102 países. Em março de 2016, houve uma terceira edição em Doha, no Qatar. Organizada pelo canal de televisão *Al Jazeera* e intitulada "O Futuro da Informação", contou com 120 organizações e 100 meios de comunicação representados. Essas cúpulas, realizadas em países conhecidos pelo autoritarismo e por rejeitar a liberdade de imprensa, fornecem à China uma oportunidade de promover seus conceitos de "jornalismo positivo" e de uma "nova ordem midiática mundial". Também ajudaram a legitimar a agência de notícias estatal Xinhua, permitindo que seus dirigentes debatessem em pé de igualdade com meios de comunicação internacionais conhecidos por produzir jornalismo independente e de qualidade.

Desde 2016, a China também organiza uma cúpula anual de meios de comunicação para as mídias das cinco economias emergentes conhecidas como BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Essas cúpulas permitem que o governo de Pequim influencie regulamentações e práticas midiáticas nos outros quatro países, além de representarem mais uma oportunidade para a China de denunciar a hegemonia dos meios de comunicação ocidentais e fazer um apelo para que os "desequilíbrios" sejam corrigidos.

## EM FOCO

### As mídias estatais chinesas se espalham pelo mundo

Na última década, a China investiu no desenvolvimento de meios de comunicação capazes de alcançar um público internacional. E a aposta deu certo: o grupo audiovisual China Global Television Network (CGTN) transmite seus programas em mais de 160 países, e a China Radio International transmite em 44 idiomas.

Com apresentação moderna, tom profissional e dicção impecável, a CGTN Africa, cuja sede regional fica em Nairóbi (no Quênia), projeta uma imagem sofisticada comparável à da norte-americana CNN Internacional. A particularidade da CGTN Africa é o fato de ser completamente controlada pelo Estado chinês e, embora afirme mostrar a verdadeira face de África para o mundo, na realidade, está empenhada em reforçar a imagem da China na África.

Em dezembro de 2018, a CGTN abriu um escritório de produção semelhante em Londres, com 90 funcionários locais. Essa sucursal tem como objetivo produzir programas especificamente concebidos para a Europa, como seus escritórios em Washington, D.C. e em Nairóbi, inaugurados simultaneamente em 2012, já fazem para as Américas e a África. A CGTN Europa vai reforçar o China Media Group, também chamado de "Voice of China" (A Voz da China), uma organização central única que reúne televisão estatal (CCTV e CGTN) e emissoras de rádio nacionais e internacionais (China National Radio e China Radio International).

Na última década, a abrangência da presença internacional chinesa nos meios de comunicação internacionais aumentou dramaticamente. A China Global Television Network tem agora seis canais – cinco de notícias pela televisão com programação ininterrupta (em inglês, francês, árabe, russo e chinês) e um de documentários em língua inglesa. A CGTN tem atualmente cerca de 10 mil funcionários em 70 escritórios – incluindo três centros de produção em Londres, Washington, D.C. e Nairóbi – e transmite seus programas em mais de 160 países e regiões. Em termos de radiodifusão, a China Radio International (CRI) também conseguiu se expandir mundialmente, transmitindo em um número recorde de 44 idiomas para mais de 70 emissoras em todo o mundo.

As mídias impressas chinesas também entraram para o primeiro time. O jornal estatal em língua inglesa *China Daily*, que tem edições especiais para as Américas, a Europa e a Ásia, afirma ter uma tiragem diária de 900 mil exemplares (cerca de metade da tiragem do *New York Times*) e um público total de 45 milhões de leitores. Desde 2009, o jornal diário *Global Times* publica uma edição em língua inglesa com uma tiragem de "apenas" 100 mil exemplares, mas seu site em dez línguas afirma registrar cerca de 15 milhões de visitantes por dia. Até mesmo a agência de notícias estatal Xinhua, antes ridicularizada por sua austeridade, obteve um crescimento significativo no exterior.

© CGTN Africa / Captura de tela do YouTube





O Partido Comunista chinês intensifica os esforços para impor sua narrativa no estrangeiro, incluindo na Sérvia, onde um tabloide pró-governo agradece ao "grande irmão Xi Jinping".

© Andrej Isakovic / AFP

## A imposição da narrativa chinesa

Enquanto as condenações à repressão na região autônoma de Xinjiang aumentam em todo o mundo, o regime de Pequim [não poupa esforços](#) para desviar a atenção, especialmente nas redes sociais. Uma [reportagem](#) conjunta do *New York Times* e da *ProPublica*, feita em junho de 2021, mostra como o Partido orquestrou uma campanha de propaganda, com mais de 3 mil vídeos postados no YouTube, retratando uigures em seu cotidiano na região autônoma de Xinjiang de um ponto de vista suspeitamente positivo, sobretudo porque os vídeos têm semelhanças perturbadoras em termos de produção e roteiro.

Para o regime, essas campanhas são parte de um esforço para fazer com que o mundo "retrate a China de maneira adequada", de acordo com uma [narrativa](#) única promovida pelo presidente Xi Jinping. Em uma entrevista publicada no *People's Daily* em 2013, Li Congjun, antigo diretor da agência de notícias Xinhua, denunciou "uma dominação das mídias ocidentais" no mundo e propôs a criação de uma "nova ordem midiática mundial" para reverter o equilíbrio de poder a favor de seu país.

### Estratégia do cavalo de Troia

Em um esforço para aumentar sua influência no exterior, Pequim também começou a implementar um ambicioso programa de compras estratégicas de meios de comunicação estrangeiros. Essa política de aquisição é coordenada pelo Departamento de Trabalho da Frente Unida, uma agência do Partido Comunista chinês que supervisiona transferências financeiras para meios de comunicação estrangeiros. De acordo com um relatório da *Bloomberg News* de abril de 2018, a China investiu, na última década, cerca de 3,3 bilhões de dólares americanos na compra de ações de diversos meios de comunicação europeus cerca de 1% do todo o seu investimento no continente.

O regime também está investindo massivamente na publicação de suplementos editoriais nos maiores jornais internacionais. Os leitores dos jornais *Wall Street Journal* (Estados Unidos), *Daily Telegraph* (Reino Unido), *Le Figaro* (França), *Handelsblatt* (Alemanha), *Rossiyskaya Gazeta* (Rússia) e *Mainichi Shimbun* (Japão) foram gradualmente se acostumando aos suplementos gratuitos e aparentemente inofensivos do *China Watch*, um think tank chinês, publicados a intervalos regulares em seus jornais favoritos. Redigidos pelo *China Daily* e de leitura razoavelmente agradável, esses suplementos são nada mais nada menos do que cavalos de Troia que permitem ao regime chinês levar sua propaganda às elites de todo o mundo. Como o preço para publicar um desses suplementos em um grande jornal diário pode alcançar cerca de 250 mil dólares nos Estados Unidos, o ganho financeiro para esses meios de comunicação os deixa expostos ao risco de serem pressionados por Pequim.

### Controlando a diáspora chinesa

A influência de Pequim é especialmente grande nos meios de comunicação em língua chinesa fora da China. De fato, os 50 milhões de chineses que vivem fora da China, metade dos quais está na Ásia, costumavam ser muito críticos em relação ao regime comunista chinês. Depois do massacre da Praça da Paz Celestial, em 4 de junho de 1989, que desencadeou uma onda de indignação particularmente forte entre os meios de comunicação na diáspora, Pequim se deu conta do obstáculo que eles representaram a sua estratégia de controle de imagem e passou a comprá-los, um por um, enquanto, ao mesmo tempo, desenvolvia próprios veículos de comunicação.

Na Tailândia, que tem a maior comunidade de origem chinesa do mundo (com 9 milhões de pessoas), os meios de comunicação em língua chinesa, que costumavam ser fortemente anticomunistas, também mudaram de tom. O *Sing Sian Yee Pao*, fundado em 1950 e que é agora a publicação diária em língua chinesa líder na Tailândia, trocou os caracteres chineses tradicionais – utilizados em Taiwan, Hong Kong, Macau na diáspora chinesa – pelos simplificados usados na China, e em 2013 iniciou uma parceria com o chinês Nanfang Mediagroup.

De acordo com uma reportagem publicada pelo jornal britânico *The Economist* em 23 de setembro de 2021, o aplicativo de mensageria chinês WeChat, que é muito popular entre os imigrantes de primeira geração, é um dos principais canais de disseminação de notícias em língua chinesa. Nos Estados Unidos, um [estudo](#) realizado pela Escola de Jornalismo da Universidade de Columbia em abril de 2018 revelou que o WeChat veiculava essencialmente desinformação e teorias da conspiração de extrema direita. Embora em menor grau do que na versão doméstica, o aplicativo também [rastrea](#) conversas de usuários internacionais e conteúdo que o Partido possa julgar sensível.

### O "sharp power" em estilo chinês

As missões diplomáticas chinesas são outra fonte de pressão contra a liberdade de informação nas democracias. Alguns embaixadores da China não hesitam em denegrir abertamente jornalistas ou exigir o direito de resposta quando acham que podem alegar – o que acontece com frequência – que um artigo publicado "feriu os sentimentos de 1,4 bilhões de chineses". Um disparate se considerarmos que a maioria dos usuários da internet na China não tem acesso aos meios de comunicação estrangeiros devido à censura.

Em um artigo publicado em 25 de outubro de 2021 no site da embaixada, o embaixador da China em Paris, Lu Shaye, já conhecido por suas repetidas diatribes contra os meios de comunicação, atacou o correspondente asiático do jornal diário *Le Figaro*, **Sébastien Falletti**, que, em um artigo publicado em 19 de outubro, alegadamente "repleto de mentiras e divagações", "deturpou a realidade" e foi "complacente" com o governo de Taiwan. O embaixador também criticou o correspondente em Pequim do *Le Monde*, **Frédéric Lemaître**, insinuando que seus textos eram frequentemente repletos de invenções e instando descaradamente os meios de comunicação franceses em geral a "observar escrupulosamente a ética" e "respeitar os fatos".

### Diplomacia do "lobo guerreiro"

As embaixadas também pressionam estabelecimentos a cancelar eventos que ameacem o controle da informação na China. Na Alemanha, uma [palestra](#) acerca de um livro sobre Xi Jinping escrito por dois jornalistas alemães, **Stefan Aust** e **Adrian Geiges**, que estava agendada para acontecer no Instituto Confúcio da Universidade de Duisburg-Essen em 27 de outubro de 2021, foi cancelada após intervenção pessoal do cônsul-geral da China em Düsseldorf. Na Itália, a Embaixada da China em Roma tentou cancelar uma exposição do caricaturista australiano de origem chinesa **Badiucao** que ia acontecer na Brécia (norte de Itália) entre novembro de 2021 e fevereiro de 2022. A cidade não cedeu à pressão chinesa e decidiu manter o evento.

Depois dos protestos pró-democracia em Hong Kong em 2019, os diplomatas chineses investiram nas mídias sociais estrangeiras, apesar de elas terem sido banidas da China; de acordo com um [estudo](#) realizado em conjunto pela Associated Press e pelo Digital Forensic Research Lab do think tank norte-americano Atlantic Council, as contas diplomáticas chinesas mais do que triplicaram no Twitter e dobraram no Facebook depois desse período. Essa tendência é acompanhada de respostas às críticas em um tom cada vez mais agressivo, por vezes mesmo ofensivo, uma característica que foi apelidada de "diplomacia do lobo guerreiro", em referência ao filme de ação patriótico chinês no qual o protagonista derrota "os vilões" ocidentais.



## Campanhas de desinformação

Essa nova forma de usar as redes sociais estrangeiras também permitiram à China aumentar sua capacidade de desinformação. Embora Taiwan e, em menor grau, países com uma grande população de origem chinesa tenham sido os principais alvos das campanhas de desinformação de Pequim, elas começaram a se tornar globais enquanto o mundo lutava contra a pandemia de Covid-19 em 2020. Uma fonte recorrente de notícias falsas afirma que o vírus é, na realidade, uma arma biológica projetada pelos militares norte-americanos em um laboratório em Fort Detrick, Maryland, e introduzido durante os Jogos Mundiais Militares em Wuhan, em outubro de 2019.

Em 11 de março de 2020, o porta-voz do Ministério de Relações Exteriores da China, Zhao Lijian, postou uma série de tweets reforçando a teoria sobre a origem norte-americana da Covid-19. De acordo com o mesmo estudo realizado pela Associated Press e pelo Digital Forensic Research Lab, os tweets de Zhao foram citados cerca de 100 mil vezes em pelo menos 54 línguas nas seis semanas seguintes. O uso automático e coordenado de contas falsas e invadidas, uma prática que a empresa de cibersegurança Graphika apelidou de “*spamouflage*” (spamuflagem), serviu para amplificar a desinformação chinesa.

Embora esse envolvimento tenha sido recebido sem críticas na Rússia, no Irã e nas Filipinas, com políticos reforçando essas alegações, outros países e entidades regionais, tais como o Japão e a União Europeia, apontaram explicitamente a China como uma fonte de desinformação. Em junho de 2020, o Twitter anunciou o encerramento de cerca de 170 mil contas chinesas depois de estabelecer sua relação com as campanhas de desinformação de Pequim.

## Trolls e influenciadores

Os “Pequenos Rosas”, *trolls* nacionalistas que, aparentemente, se organizam de maneira voluntária para atacar os críticos da China, também operam nas redes sociais estrangeiras. Uma de suas primeiras grandes campanhas de perseguição cibernética aconteceu em janeiro de 2016, época da eleição de Tsai Ing-wen à presidência de Taiwan: eles estiveram na origem de uma avalanche de comentários agressivos e memes virulentos publicados na página de Facebook da nova presidente eleita.

Para disseminar sua propaganda, o regime chinês também recorre a influenciadores. No Egito, uma influenciadora chinesa falante de árabe chamada Faihaa Wang, que, de acordo com o *Global Times*, tem ligações com o China Media Group, defende as políticas de repressão do governo central na região autônoma de Xinjiang, repetindo, palavra por palavra, o discurso do Partido. Em 2020, outros vlogueiros estrangeiros – entre eles os britânicos Barrie Jones, Jason Lightfoot e Lee e Oli Barrett – também começaram a publicar vídeos em seus canais do YouTube defendendo as políticas de Pequim na região autônoma de Xinjiang e a “*boa gestão*” da China durante a crise da Covid-19. Esses vlogueiros, que descrevem a si mesmos como “amantes da China”, acusam a mídia ocidental de conspirar para “tentar desestabilizar a China”.



O vlogueiro britânico pró-China Jason Lightfoot denuncia as reportagens “enganosas” dos meios de comunicação ocidentais sobre a repressão na região autônoma de Xinjiang.

© CGTN / Captura de tela do YouTube

## EM FOCO

### TikTok: Banido da China mas infiltrado por Pequim

Há suspeitas de que o aplicativo de compartilhamento de vídeos chinês TikTok, que conta com 1 bilhão de usuários ativos em todo o mundo mas foi proibido na China, faça parte das operações de censura e vigilância do regime de Pequim.

Lançada em 2017 pela empresa chinesa ByteDance, a rede social TikTok, especializada no compartilhamento de vídeos curtos, fez um tremendo sucesso em todo o mundo, ultrapassando, em setembro de 2021, 2 bilhões de *downloads* e 1 bilhão de usuários ativos por mês. O aplicativo, que tem como público-alvo jovens com idade entre 18 e 25 anos, está acessível em mais de 150 países... mas não na China, onde o público tem de se contentar com sua irmã gêmea Douyin, uma plataforma limitada ao território nacional.

Uma reportagem exibida em 25 de junho de 2021 pelo canal de televisão CNBC mostrou que os dados dos usuários, embora armazenados nos Estados Unidos e em Singapura, ainda podiam ser acessados pela empresa-mãe chinesa, o que é confirmado pelas cláusulas de confidencialidade do aplicativo. A empresa ByteDance, estando sujeita à lei chinesa, não teria escolha a não ser fornecer esses dados às autoridades chinesas, caso fosse solicitado, embora alegue que jamais recebeu nenhuma requisição dessa natureza.

Em setembro de 2019, quando o aplicativo foi acusado de censurar discussões sobre os protestos pró-democracia em Hong Kong, o jornal britânico *The Guardian* revelou a existência de diretrizes para censurar conteúdo considerado sensível pelo regime de Pequim, incluindo o massacre da Praça da Paz Celestial, a independência do Tibete e o movimento Falun Gong. A plataforma da rede social respondeu ao jornal, declarando que essas diretrizes haviam sido revogadas e que estava adotando uma abordagem mais local.

Em novembro do mesmo ano, o TikTok suspendeu a conta de **Feroza Aziz**, depois que a adolescente americana de origem afegã postou um tutorial de maquiagem no qual criticava a repressão à minoria étnica uigur na China e instava seus seguidores a se informarem sobre o assunto. A plataforma, que inicialmente invocou uma quebra das regras sobre conteúdo relacionado com terrorismo, acabou admitindo seu erro e restabelecendo a conta da jovem influenciadora.

Em 2020, suspeitando que o TikTok colocava em risco a “segurança nacional”, a administração do ex-presidente norte-americano Donald Trump ordenou que a plataforma fosse banida se não conseguisse encontrar um comprador nos Estados Unidos. Embora o novo presidente, Joe Biden, tenha revogado a decisão, ele anunciou a implementação de medidas para avaliar os riscos à segurança representados por aplicativos estrangeiros como o TikTok.



© Olivier Douliery / AFP

# As democracias se organizam na luta contra a propaganda

Nos países democráticos, as regulamentações garantem o princípio de independência e pluralismo das mídias de informação, que podem, em tese, fazer suas transmissões sem a interferência do governo, e abrem a arena midiática interna aos meios de comunicação estrangeiros. Infelizmente, os governos autoritários, incluindo o da China, exploram rotineiramente essa abertura para difundir conteúdos que violam os princípios mais básicos do jornalismo.

A assimetria entre países democráticos abertos, com liberdade jornalística, e países autoritários fechados, que controlam a informação e exportam sua propaganda, prejudica o jornalismo e, mais amplamente, a confiabilidade da informação, que requer liberdade, independência e pluralismo. Essa assimetria dá às ditaduras uma vantagem competitiva em relação às democracias sem servir à causa do jornalismo, que os ditadores bloqueiam internamente enquanto exportam sua propaganda pelo mundo.

## Sancionar as práticas ilegais

Para se proteger, as democracias tentam sancionar violações a regras de transmissão. Em 18 de novembro de 2020, a autoridade independente de regulação das mídias de Taiwan, a National Communications Commission (NCC), [negou](#) o pedido de renovação da licença de transmissão do canal de notícias CTi TV, por repetidas violações de suas obrigações relativas ao respeito da ética jornalística. O canal, de propriedade do grupo pró-China Want China Times Media, já tinha sido alertado em 2014, mas não promoveu nenhuma mudança significativa em suas práticas.

Em fevereiro de 2021, o regulador britânico de meios de comunicação Office of Communications (Ofcom), por sua vez, revogou a licença do canal CGTN [por motivos semelhantes](#), mas o grupo continua a transmitir na Europa a partir do satélite francês Eutelsat.

## Garantir a igualdade de tratamento

Em seguida a esse caso, a RSF apelou às democracias para [que garantissem a igualdade de tratamento](#) no mercado midiático, assegurando que todos os meios de comunicação, qualquer que seja seu país de origem e seu canal de transmissão (satélite, digital, etc.), estejam sujeitos às mesmas obrigações, a fim de garantir a honestidade, a independência e o pluralismo de informações, assim como o respeito pela dignidade humana, sob pena de sanções que podem ir desde a recusa até a suspensão da autorização para transmitir. Para que o sistema seja eficaz, os operadores de satélite e digitais devem se certificar de que os canais que distribuem estão em conformidade com essas obrigações legais.

A RSF também apelou ao estabelecimento de um sistema internacional de reciprocidade, baseado nos princípios universais de liberdade de opinião e expressão, que condicionaria a abertura do espaço midiático interno dos países democráticos à abertura recíproca do espaço digital e do mercado de mídias, à ausência de barreiras e de censura à entrada, e ao respeito às normas internacionais de liberdade de expressão e informação.

## EM FOCO



© Safeguard Defenders

## A CGTN perde a licença no Reino Unido devido a violações éticas

**Em 2021, a autoridade britânica de regulação do audiovisual (Ofcom) revogou a licença do grupo audiovisual estatal chinês CGTN após quatro casos de quebra de ética, mas o grupo continua transmitindo sua propaganda na Europa e no resto do mundo.**

Em fevereiro de 2021, o Office of Communications (Ofcom), autoridade britânica de regulação do audiovisual, revogou a licença de transmissão do grupo audiovisual de propriedade do Estado chinês China Global Television Network (CGTN) no Reino Unido, justificando essa decisão com base no argumento de que o grupo e seus programas são, “em última análise, controlados pelo Partido Comunista Chinês”. Mais tarde no mesmo ano, a Ofcom também aplicou sanções ao grupo quatro vezes por “violações graves e repetidas” do Código de Transmissão da Ofcom, multando-o em um total equivalente a 570 mil dólares americanos.

A Ofcom acusa a CGTN de múltiplas violações éticas nos anos anteriores, incluindo falta de “imparcialidade” na cobertura dos protestos de Hong Kong em 2019 e na transmissão, entre 2013 e 2019, além das [confissões forçadas](#) do editor sueco **Gui Minhai**, do ex-jornalista **Peter Humphrey** e do funcionário do consulado britânico em Hong Kong **Simon Cheng**, tratamento que a Ofcom descreve como “*injusto*” e como “*violação de privacidade*”. Em retaliação, o regime [proibiu a emissora pública britânica BBC](#) de transmitir na China, alegando que seus programas “*prejudicam os interesses nacionais do país*” – o que não teve grandes consequências, uma vez que a presença de canais internacionais na China já estava limitada a hotéis internacionais e a residências de expatriados.

A CGTN continua, no entanto, a transmitir na Europa, já que o Conseil Supérieur de l’Audiovisuel (CSA) da França decidiu que o canal “*pode transmitir livremente, sem formalidade prévia*”, ao abrigo da Convenção Europeia sobre a Televisão Transfronteiras do Conselho Europeu. Após esse anúncio, a autoridade reguladora alemã, que havia inicialmente banido a CGTN, seguindo a decisão britânica, foi forçada a voltar atrás. Tirando partido da decisão francesa, a CGTN conseguiu até mesmo retomar a transmissão no Reino Unido.

A batalha legal contra a propaganda chinesa nas democracias acaba de começar. Apenas alguns dias depois do anúncio da CSA, vítimas de confissões forçadas instaram a transmissora por satélite Eutelsat a parar de transmitir a CGTN e, em 5 de abril de 2021, apresentaram novas queixas contra o canal junto à CSA e a sua equivalente norte-americana, a Comissão Federal de Comunicações. Na Austrália, o grupo televisivo SBS também decidiu, em maio de 2021, suspender a transmissão dos programas da CGTN, depois de receber uma reclamação da ONG Safeguard Defenders acerca das transmissões passadas de confissões forçadas.

# 4

## APELOS E RECOMENDAÇÕES DA RSF



- A RSF faz um apelo às autoridades chinesas para que respeitem a liberdade de imprensa garantida pela Constituição da República Popular da China e para que liberte todos os jornalistas e defensores da liberdade de imprensa presos.
- A RSF faz um apelo aos governos para submeter os meios de comunicação chineses que transmitem em seu território às mesmas regras de transmissão a que estão submetidas as mídias sediadas no território chinês e para que condicionem o acesso dos meios de comunicação chineses ao seu espaço público à abertura recíproca do espaço digital e do mercado dos meios de comunicação chinês, sem barreiras e censura.
- A RSF recomenda aos jornalistas que evitem baixar aplicativos que permitam às autoridades chinesas monitorá-los e que sejam cuidadosos para não incluir de maneira não intencional elementos ou termos da propaganda chinesa em suas reportagens.
- A RSF recomenda aos veículos de comunicação, editoras e redes sociais que denunciem toda interferência editorial e todas as pressões do regime chinês, que recusem a vigilância, a censura e a transmissão de propaganda, e que continuem a reportar os ataques de Pequim à liberdade de imprensa.

## Apelos às autoridades chinesas

- Libertar imediatamente todos os jornalistas profissionais e não profissionais detidos por terem feito seu trabalho jornalístico, e parar com sequestros, prisões, detenções, tortura, maus-tratos, revistas e perseguição a jornalistas e defensores da liberdade de imprensa e de informação, em conformidade com a Constituição da República Popular da China, que proíbe “*detenção ilegal*”, garante “*dignidade pessoal*” e declara que o domicílio dos cidadãos é “*inviolável*” (Artigos 37, 38 e 39).
- Respeitar a liberdade de imprensa e o direito à informação dentro e fora de suas fronteiras.
- Ratificar o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, que, em seu Artigo 19, garante o direito à liberdade de opinião e expressão.
- Assegurar a independência dos meios de comunicação estatais e privados, conforme o Artigo 35 da Constituição da República Popular da China, que garante “liberdade de discurso [e] da imprensa”.
- Acabar com os sistemas de censura da internet e vigilância de jornalistas, que constituem uma violação flagrante do direito dos cidadãos chineses à liberdade e à privacidade de correspondência, garantido pelo Artigo 40 da Constituição da República Popular da China.
- Parar de bloquear e censurar a difusão de conteúdo de veículos de comunicação estrangeiros na China.
- Não impedir o trabalho de repórteres estrangeiros na China e fornecer-lhes credenciais de maneira aberta e transparente.

## Apelos aos governos e às instituições

- Transmitir as recomendações acima mencionadas às autoridades chinesas.
- Exigir que as autoridades chinesas parem de perseguir jornalistas, veículos de comunicação, editores e acadêmicos, quer estejam baseados na China quer não.
- Exigir que os meios de comunicação chineses que transmitem notícias em outros países sejam completamente transparentes em relação a seus proprietários, a seus acionistas, à identidade do beneficiário final do seu capital e a suas fontes de financiamento, incluindo publicidade.
- Garantir igualdade de tratamento a todas as mídias audiovisuais, quaisquer que sejam seus canais de transmissão e seu país de origem: submeter as mídias audiovisuais chinesas que transmitem em democracias (especialmente televisão por satélite) às mesmas regras que os meios de comunicação sediados nessas democracias, sobretudo as regras relacionadas às obrigações aplicáveis em matéria de honestidade, independência e pluralismo de informação e respeito pela dignidade das pessoas.
- Encorajar e apoiar a presença de veículos de comunicação independentes em língua chinesa, especialmente em países com uma grande diáspora chinesa.
- Desenvolver programas que eduquem os cidadãos sobre os meios de comunicação, ajudando-os a identificar campanhas de desinformação e a obter informações de fontes jornalísticas livres, independentes e pluralísticas.

## Recomendações aos jornalistas

- Tanto quanto possível, evitar usar recursos tecnológicos que impliquem um risco de censura ou vigilância pelas autoridades chinesas, seja porque foram desenvolvidos ou são operados por uma empresa sujeita à regulação chinesa (como WeChat, Baidu, TikTok), seja porque os dados dos usuários ficam armazenados em servidores acessíveis às autoridades chinesas (como a iCloud China).
- Se usar esses recursos for absolutamente necessário, conectar-se a eles a partir de um computador ou smartphone dedicado, separado do seu ambiente de trabalho habitual. Não armazenar, nem mesmo temporariamente, senhas ou informações que possam colocar em risco a segurança do(a) próprio(a) jornalista ou de suas fontes. Não confiar nas alegações de algumas operadoras de que os dados que passam por seus servidores na China são criptografados ou imediatamente apagados. Para proteger as fontes chinesas, é recomendada a comunicação por meios de serviços de mensageria com criptografia de ponta a ponta e que não exijam o armazenamento de um número de telefone (por exemplo, Threema).
- Quando se comunicar ou publicar em plataformas chinesas, monitorar os dados técnicos para detectar potenciais manipulações; e publicar o conteúdo em paralelo em plataformas internacionais.
- Quando for realizar uma reportagem na China, é recomendável instalar uma VPN adequada antes de viajar – uma VPN de propriedade de uma empresa, por exemplo, ou uma versão paga de confiança. Os túneis VPN podem fornecer acesso a serviços bloqueados e proteger, até certo ponto, a confidencialidade das pesquisas online. A VPN, no entanto, não protege o conteúdo das comunicações feitas em plataformas/serviços chineses. É aconselhável fazer uma consulta individual com um especialista em segurança digital.
- Prestar atenção à presença e ao desenvolvimento das mídias de origem chinesa no país do qual os repórteres ou correspondentes estrangeiros forem originários, sobretudo no que diz respeito a suas publicações e atividades de investimento. Notificar a RSF sobre quaisquer alterações na linha editorial dos meios de comunicação locais ligadas à China.
- Notificar a RSF sobre quaisquer abusos que testemunhe no decurso de uma reportagem e nos meios de comunicação de seu país (pressão, ameaças, perseguição, suspeita de autocensura ou de corrupção) para que possamos, se necessário, investigar.
- Quando se referir à China, ficar atento para não usar expressões concebidas para camuflar realidade de determinados fatos. Por exemplo, referir-se à repressão em vez de à “luta contra o terrorismo” em Xinjiang; ao movimento religioso Falun Gong em vez de à “seita” Falun Gong; ao massacre da Praça da Paz Celestial em vez de aos “acontecimentos” na Praça da Paz Celestial.
- Não colaborar com veículos de comunicação que transmitam a propaganda do Partido Comunista chinês e, se for convidado à China como jornalista, ter em mente o que poderá ser exigido em troca.
- Quando participarem de eventos como as conferências de mídia organizadas pela China, os jornalistas e os veículos de comunicação devem estar cientes de que o governo chinês usa esses eventos como uma plataforma de propaganda. Informar-se previamente sobre a narrativa oficial e o contexto geral, permite aos jornalistas estar mais atentos às estratégias de propaganda e a se preparar para discussões críticas.

## Recomendações aos veículos de comunicação, editores e redes sociais

- Fazer todo o possível para evitar o risco de pressão externa, seja política seja econômica, e denunciar qualquer interferência editorial da qual seja objeto.
- Recusar todos os pedidos de censura e vigilância.
- Recusar-se a difundir conteúdo de propaganda.
- Continuar a investigar e expor as atividades de Pequim no que diz respeito a censura, propaganda, aquisições de veículos de comunicação, perseguição a jornalistas e outros ataques à liberdade de imprensa.
- Estar em conformidade com os princípios da [Declaração Internacional sobre a Informação e a Democracia](#), que estipula que as plataformas online, como entidades estruturantes do espaço da informação e da comunicação, devem seguir os princípios de prestação de contas e responsabilidade, neutralidade, promoção de informação confiável, pluralismo e serendipidade, transparência na inspeção e vigilância.

### EM FOCO

#### “Collateral Freedom”, sites-espelho para burlar a censura

A operação da RSF [#CollateralFreedom](#) permite burlar a censura na internet usando uma estratégia chamada mirroring, que “espelha”, ou duplica, sites censurados e hospeda as cópias virtuais em servidores internacionais que pertencem a gigantes mundiais da web.

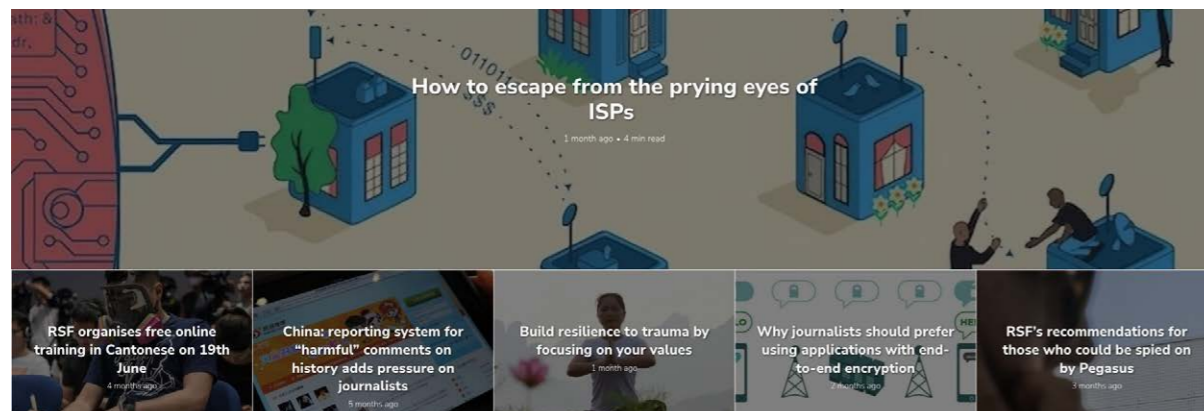
Se um governo quiser bloquear o acesso a esses sites, também terá de privar a si próprio de acessar todos os sites e serviços hospedados no mesmo servidor, o que pode resultar em “danos colaterais” significativos à sua própria economia.

No caso da China, o projeto permite espelhar os seguintes sites: *Tibet Post International*, *Mingjing News*, *China Digital Times*, *Civil Rights and Livelihood Watch* e *Weiwanwang*.



© Repórteres sem Fronteiras (RSF)

# A RSF lança um portal dedicado à segurança dos jornalistas



© Repórteres sem Fronteiras (RSF)

A Repórteres sem Fronteiras (RSF) lançou uma plataforma de informações sobre segurança física, a segurança digital e as boas práticas profissionais para jornalistas.

A recente revelação sobre o software de espionagem Pegasus mostrou que nunca foi tão importante que jornalistas e suas fontes se protejam. De modo a ajudá-los, a Repórteres sem Fronteiras (RSF) lançou uma plataforma de informação e autoformação para jornalistas, aqueles que cobrem a pandemia de Covid-19 em particular e que podem ter dúvidas em relação a questões jurídicas, de segurança física, cibersegurança e saúde mental. Essa plataforma, que promove as boas práticas profissionais e de ética jornalística, está atualmente disponível em inglês e em chinês no endereço [training.rsf.org](https://training.rsf.org).

A plataforma contém informações detalhadas sobre o *spyware* israelense Pegasus, que foi supostamente usado para espionar 50 mil celulares, incluindo pelo menos 180 aparelhos pertencentes a jornalistas. Também é possível assistir ao conteúdo em vídeo de uma série de sessões de treinamento realizadas pela RSF, assim como acessar uma versão eletrônica do *Guia Prático para a Segurança dos Jornalistas*, publicado em parceria com a UNESCO.

Há cerca de uma década, a RSF tem realiza programas de treinamento em segurança que já alcançaram mais de 1.800 jornalistas em todo o mundo. Além desses treinamentos, a RSF também opera um serviço de atendimento emergencial, cujo objetivo é proporcionar proteção e apoio a meios de comunicação ameaçados e jornalistas perseguidos ou detidos.

## Guia Prático para a Segurança dos Jornalistas da RSF

Desde 1998, a RSF publica o Guia Prático para a Segurança dos Jornalistas, um manual abrangente para aqueles que trabalham em ambientes de alto risco, que fornece conselhos práticos para que estejam mais bem preparados para circunstâncias inesperadas de seu trabalho. O documento, disponível para download em [training.rsf.org](https://training.rsf.org), inclui informações sobre os seguintes tópicos:

- avaliação de risco
- medicamentos e vacinas
- preparação de um kit de viagem
- deslocamentos em zonas de combate ou áreas de alto risco
- preparação para ataques, emboscadas e outras ameaças
- boas práticas de segurança digital
- autocuidado mental e físico



## Relatório da RSF

### A nova ordem mundial das mídias segundo a China

Em um relatório anterior intitulado *A nova ordem mundial das mídias segundo a China*, publicado em 2019, a RSF denunciou as manobras levadas a cabo pelo regime de Pequim a fim de exportar sua visão repressiva de informação.

Para impor uma “nova ordem mundial das mídias” na qual jornalismo é sinônimo de propaganda de Estado, a China não está economizando recursos para modernizar seu aparelho internacional de transmissão, investindo em meios de comunicação estrangeiros e convidando jornalistas de países em desenvolvimento para fazerem “formação” na China.

Por meio de seu projeto internacional de desenvolvimento Belt and Road Initiative (A Nova Rota da Seda), o regime também encoraja os governos autoritários a fortalecer o controle sobre os meios de comunicação e a internet, fornecendo-lhes os meios técnicos e regulatórios necessários. Essa expansão, cuja escala é ainda difícil de avaliar, representa uma ameaça direta ao jornalismo e à democracia no mundo.



© Repórteres sem Fronteiras (RSF)

O relatório pode ser baixado no site da RSF (em francês, inglês, chinês tradicional e chinês simplificado) ou pelo link: <https://bit.ly/3BxFH2N>

# Glossário

## O APARATO DE CONTROLE DA INFORMAÇÃO NA CHINA



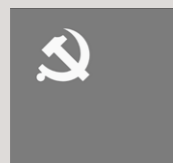
### Xi Jinping

Secretário-geral do Partido Comunista chinês e presidente da Comissão Militar Central desde novembro de 2012, presidente da República Popular da China desde março de 2013. Xi Jinping alterou a Constituição chinesa para incorporar elementos do seu “pensamento” e dar a si mesmo a possibilidade de governar o país indefinidamente.



### Carrie Lam

Nomeada em julho de 2017 como chefe do Executivo de Hong Kong, Lam tem defendido consistentemente as políticas liberticidas do regime chinês em nome do “patriotismo”. Durante os protestos pró-democracia de 2019, Lam ignorou deliberadamente a violência policial contra os repórteres. Durante seu mandato, pelo menos 12 jornalistas e defensores da liberdade de imprensa foram condenados por crimes contra o Estado, dez dos quais permanecem presos até o momento.



### Departamento de Propaganda

Por vezes traduzido como “Departamento de Publicidade”, esse órgão do Partido Comunista chinês implementa as diretrizes de propaganda adotadas pelo Grupo de Direção da Propaganda e da Ideologia do Comitê Central. Desde 2018, tem autoridade direta sobre as atividades de imprensa e de publicação no país.



### Gabinete de Informação do Conselho de Estado

Esse gabinete administrativo sob o controle do Departamento de Propaganda Central esboça a “versão positiva” oficial dos acontecimentos que os meios de comunicação devem seguir e decide que argumentos devem ser usados para refutar as informações publicadas pelos meios de comunicação estrangeiros que contradizem as linhas de propaganda oficiais.



### Departamento de Trabalho da Frente Unida

Esse braço do Partido Comunista chinês totalmente desprovido de transparência supervisiona as transferências financeiras para meios de comunicação estrangeiros (incluindo meios de comunicação em língua chinesa), com o objetivo de comprar ações ou pagar por publicidade.



### Administração do Ciberespaço da China (CAC, na sigla em inglês)

Criada em 2014, essa agência implementa políticas relativas à internet formuladas pela Comissão Central de Assuntos do Ciberespaço, que é presidida pelo próprio Xi Jinping. A CAC supervisiona, entre outras coisas, medidas de censura, vigilância e propaganda na internet.



### Agência de notícias Xinhua (Nova China)

Controlada de perto pelo Partido, a agência de notícias estatal tem mais de 10 mil funcionários, publica em dez línguas (chinês, japonês, coreano, árabe, russo, inglês, alemão, francês, espanhol e português) e tem 162 escritórios internacionais, incluindo centros regionais em Hong Kong, Cairo, Nairóbi, Nova York, Cidade do México e Bruxelas.



### China Media Group (CMG)

Oficialmente lançada em março de 2018 e conhecida também como “Voice of China” (A Voz da China), essa estrutura internacional foi concebida para combinar as capacidades de produção e de promoção de todo o aparato estatal chinês de rádio e televisão, com o objetivo de melhorar a eficiência global da propaganda.



### China Global Television Network (CGTN)

Antes conhecido como CCTV-9 e CCTV News, esse serviço de televisão a cabo de propriedade do Estado produz boletins de notícias em cinco idiomas (chinês, inglês, árabe, francês e russo) transmitidos em 160 países. A CGTN tem mais de 10 mil funcionários em 70 escritórios e três centros de produção (em Londres, Washington, D.C. e Nairóbi).



### China Radio International (CRI)

Fundada em 1941, essa emissora de rádio internacional de propriedade do Estado tira sua força de uma cooperação com a Rádio Nacional da China, com quem compartilha recursos. A CRI transmite em 44 línguas a partir de mais de 70 estações de rádio estrangeiras que fazem parte da China International Broadcasting Network (CIBN).



### China Daily

Fundado em 1981 e publicado exclusivamente em inglês, esse jornal diário de propriedade do Estado afirma ter uma tiragem de 900 mil cópias e um total de 150 milhões de leitores (versões impressa e online combinadas). Seu suplemento publiteditorial, que tem como alvo formadores de opinião internacionais, é encartado em jornais de prestígio em todo o mundo, com uma circulação estimada de 4 milhões de exemplares.



### Diário do Povo (People's Daily)

Fundado em 1948, esse jornal diário é o órgão de propaganda oficial do Partido, e seus editoriais são muitas vezes redigidos pelo Departamento Central de Propaganda. O jornal afirma ter uma circulação diária de 3 milhões de exemplares. Além do mandarim, o site do jornal é produzido em 16 idiomas estrangeiros e de minorias étnicas.



### Global Times

Tabloide ultranacionalista criado em 1993 pelo *Diário do Povo* para comentar as notícias internacionais. Sua edição em língua chinesa tem uma tiragem de 1 milhão de cópias, e sua versão em língua inglesa, lançada em 2009, tem uma tiragem de 100 mil. O site, que é produzido em 10 línguas, afirma receber 15 milhões de visitas por dia.



### China International Publishing Group

Fundado em 1949, o CIPG é o maior grupo de publicações em língua estrangeira na China. Publica em mais de 10 línguas e tem 20 escritórios internacionais. Suas publicações incluem a *Beijing Review*, que foi lançada em 1958 e é a única revista nacional de notícias em língua inglesa.



### Principais meios de comunicação de Hong Kong

Alguns veículos de comunicação em língua chinesa de Hong Kong, sob o controle parcial ou completo de Pequim, tais como *Ta Kung Pao*, *Wen Wei Po* e a Phoenix TV, representam um papel importante na disseminação da propaganda de Pequim nas comunidades chinesas no exterior. Quando a gigante chinesa do e-commerce Alibaba comprou o jornal em língua inglesa *South China Morning Post*, em 2016, muitos viram o dedo de Pequim na aquisição.



### Mídias da diáspora chinesa

Pequim assumiu o controle da maioria das grandes mídias da diáspora chinesa. Jornais como o *Chinese Herald*, na *Nova Zelândia*, e o *Pacific Times*, na Austrália, que costumavam ser independentes e críticos do regime chinês, são agora porta-vozes da sua propaganda. A China também desenvolveu seus próprios veículos de comunicação, como o jornal *Qiaobao (China Press)*, nos Estados Unidos, para ajudar a disseminar o seu ponto de vista na diáspora.



#### Embaixadas chinesas

As embaixadas da China são notórias por tentarem intimidar jornalistas e acadêmicos cujo trabalho não lhes agrada. Os próprios embaixadores não hesitam em criticar publicamente qualquer "interpretação equivocada" da narrativa chinesa e perseguir seus autores, inclusive em redes sociais estrangeiras.



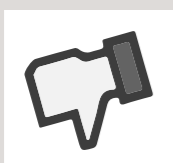
#### Institutos Confúcio

Lançados em 2004, com financiamento combinado dos ministérios da Cultura e da Educação e do Departamento Central de Propaganda do Partido, a rede Confúcio tem como missão disseminar a língua e a cultura chinesas e é composta de mais de 500 institutos em 154 países. Diante da pressão desses institutos para impor a narrativa oficial da China, um número cada vez maior de universidades vem se vendo forçado a encerrar essa parceria.



#### "Exército de 50 centavos"

Esses comentaristas online, inicialmente remunerados pelo número de publicações que postavam, daí seu nome, são responsáveis por veicular a propaganda do regime sob a ilusão de que representam as opiniões de cidadãos chineses comuns.



#### Os "Pequenos Rosas"

Ao contrário dos trolls do "Exército de 50 centavos", que são contratados para produzir comentários pró-regime em massa online, esses trolls nacionalistas respondem às críticas à China em redes sociais chinesas e estrangeiras por sua própria iniciativa. O nome do grupo deriva da cor da homepage do seu site e da crença, aparentemente equivocada, de que a maioria dos seus membros são jovens mulheres.



#### WeChat (aplicativo de mensageria)

Criada pela gigante chinesa de tecnologia Tencent em 2011, esse aplicativo de mensageria é a maior rede social da China, com mais de 1 bilhão de usuários regulares em todo o mundo. Os dados recolhidos pelo WeChat, que não são criptografados e são geridos por servidores na China, constituem um importante recurso de censura, influência e vigilância para o regime de Pequim.



#### Sina Weibo (site de microblogging)

Lançado em 2009, esse "Twitter chinês" é a segunda maior rede social da China, com mais de 550 milhões de usuários ativos. A empresa emprega censores para sinalizar e bloquear conteúdo e palavras-chave que possam ser considerados "perigosos" pelo Partido.



#### Baidu (motor de busca)

Criado em 1999, esse motor de busca domina o mercado chinês, ficando atrás apenas do Google no mundo, e oferece uma gama de serviços paralelos semelhantes, incluindo um clone da enciclopédia online Wikipedia. Embora notório por colaborar com a censura e a propaganda estatal, tem tentado, na última década, se expandir internacionalmente, até ao momento com pouco sucesso.



#### Huawei (grupo de telecomunicações)

Fundada em 1987 por um antigo oficial militar chinês, a líder mundial em serviços de telecomunicação, tal como outras empresas de tecnologia chinesas, colabora com o aperfeiçoamento da capacidade de censura e vigilância da China e auxilia os regimes autoritários a empregarem essas tecnologias.



#### Conferência Mundial da Internet (WIC, na sigla em inglês)

Lançado em 2014 e realizado anualmente em Wuzhen, na província de Zhejiang, esse evento anual convida a comunidade internacional a unir-se na construção de "um futuro partilhado no ciberespaço". Por meio da promoção do conceito de "soberania virtual", a China usa esse evento para exportar suas práticas de censura e vigilância.



#### Cúpula Mundial de Mídias (WMS, na sigla em inglês)

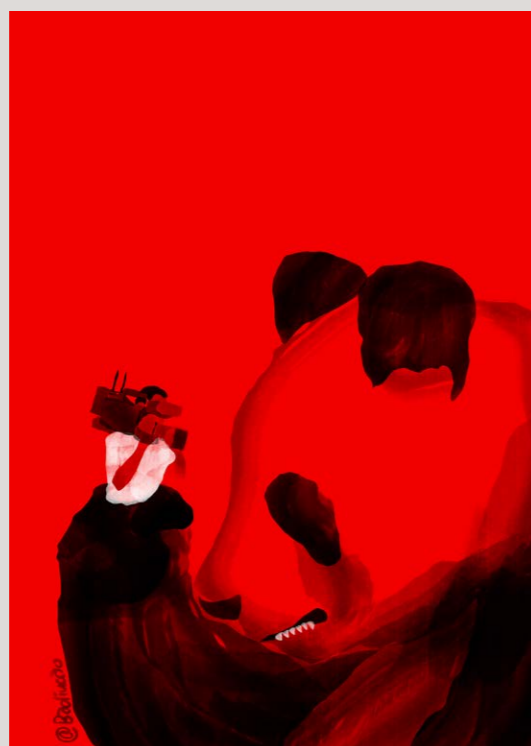
Lançada pela China em 2009, essa cúpula convida meios de comunicação de todo o mundo a se unirem para "enfrentar os desafios do século XXI". O regime chinês usa essas cúpulas como uma oportunidade para denunciar a hegemonia dos meios de comunicação ocidentais e apelar para que esse desequilíbrio seja corrigido (a seu favor).



#### Fórum de Mídia dos BRICS (BMF, na sigla em inglês)

Lançado em 2016, esse fórum é um encontro anual de representantes de mídias das cinco economias emergentes conhecidas como BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). Essas cúpulas fornecem uma excelente oportunidade para as autoridades chinesas influenciarem as regulações e as práticas dos meios de comunicação nos outros quatro países.





## Capa ilustrada por Badiucao

A ilustração da capa deste relatório foi concebida pelo artista chinês [Badiucao](#), cujos trabalhos abordam abertamente uma variedade de questões sociais e políticas chinesas e desafiam a censura imposta pelo regime. Badiucao trabalhou em diversos projetos com a BBC, a CNN, o *China Digital Times* e a ONG Freedom House, e seu trabalho foi exibido na Austrália, na Itália e nos Estados Unidos. Em 2018, uma exposição de suas obras em Hong Kong foi cancelada no último minuto após ameaças de Pequim. Em 2021, fez uma exposição solo em Brescia, na Itália, apesar da pressão feita pela embaixada chinesa sobre a prefeitura da cidade.



**A REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS (RSF)** promove e defende a liberdade, o pluralismo e a independência do jornalismo em todo o mundo. Sediada em Paris, a organização detém um status consultivo na Organização das Nações Unidas e na UNESCO e tem catorze escritórios internacionais, com uma rede de correspondentes em 130 países.

Secretário-geral: **Christophe Deloire**

Editora-chefe: **Catherine Monnet**

Autores: **Escritório da RSF no Leste Asiático / Cédric Alviani**

Coordenação: **Aleksandra Bielakowska**

Editora de texto: **Carole Coen**

Ilustração de capa: [Badiuca](#)

Design gráfico: [Modular Agency](#)

**INTERNATIONAL SECRETARIAT - CS 90247 - 75083 PARIS CEDEX 02**

**TÉL. +33 1 44 83 84 84**

**[WWW.RSF.ORG](http://WWW.RSF.ORG)**